



PREFEITURA DE
ANÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO

90045/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
(989221)

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DE EVENTOS ESPORTIVOS, CONTEMPLANDO: ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, APOIO LOGÍSTICO, PREMIAÇÃO, FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA, DE ARTIGOS DE EVENTOS E DE MÃO DE OBRA PARA A REALIZAÇÃO DA 45ª MINI MARATONA 31 DE JULHO – 2026, INSTITUÍDO ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.149 DE 1993, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 952.359,12 (Novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e nove reais e doze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/06/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ...	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DO TERMO DE CONTRATO.....	13
9. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.....	14
10. DOS RECURSOS.....	14
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	17
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18
14. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;	18
14.1 – Apêndice – Estudo Técnico Preliminar.....	18
15. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;	19
16. ANEXO III – ANÁLISE DE RISCOS.....	20

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026
Processo Administrativo SEI nº (01126.00000135/2026-87)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de organização técnica e operacional de eventos esportivos, contemplando: organização, execução, acompanhamento, apoio logístico, premiação, fornecimento de infraestrutura, de artigos de eventos e de mão de obra para a realização da 45ª Mini Maratona 31 de JULHO, instituído através da Lei Municipal nº 2.149 de 1993, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será em lote único, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento da licitação será o **Menor Preço global do lote**, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme descrição do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Nesta licitação, conforme estabelecido no Termo de Referência, não haverá divisão de cotas para reserva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, por se tratar de contratação indivisível, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como art. 40, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por

essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que

a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade de declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário do item e total do lote, de acordo com a descrição e quantitativo constantes no Termo de Referência.

4.1.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em

conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "ABERTO", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
 - 5.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de

pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.4.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**

5.16.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

5.18.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho,

conforme regulamento;

5.18.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2 empresas brasileiras;

5.19.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo (*Acórdão TCU nº 723/2024*).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 6.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 6.4.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1 contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta caso o valor proposto tenha um desconto maior que 50% do valor estimado.
- 6.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente através de anexo no sistema eletrônico do Comprasnet.Gov.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 4 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em no mínimo 04(quatro) horas, para:

7.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subexclusiva anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja

assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7. Para reajuste utilizar-se-á a variação do IPCA/IBGE, nos termos dos artigos 75 e 76 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, respeitado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base vinculada à data do orçamento estimado, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, conforme previsto no Art. 25, da Lei nº 14.133/2021 § 7º.

9. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

9.1. Conforme disposto no Decreto Municipal nº 48.980/2023, objeto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do instrumento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

9.5. Os gestores e fiscais da contratação serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrava indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 8º do Decreto nº 11.246, de 2022, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

9.6. Prestar informações a respeito da execução do objeto e apontar ao gestor eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

9.7. Manter o controle das ordens de compra emitidas e cumpridas, quando cabível;

9.8. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos instrumentos sob sua fiscalização;

9.10. Verificar a conformidade do fornecimento, de acordo com o objeto e cláusulas do Termo de Referência; Atestar formalmente a execução do objeto, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

9.11. Informar ao gestor do instrumento sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos fornecidos pela contratada;

9.12. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

- 9.13. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização;
- 9.14. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos objetos fornecidos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 9.15. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto e obter dele a ciência.
- 9.16. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 9.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 9.19. Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa fornecedora em todas as fases da execução.

Gestão

9.20. São competências do gestor do contrato:

- 9.20.1 Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 9.20.2 Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do objeto;
- 9.20.3 Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 9.20.4 Acompanhar o prazo de vigência;
- 9.20.5 Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 9.20.6 Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão, quando solicitado;
- 9.20.7 Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do objeto;
- 9.20.8 Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 9.20.9 Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 9.20.10. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejarem a aplicação de penalidades;
- 9.20.11 Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 9.20.12 Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos, observada a legislação pertinente;
- 9.20.13 Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas

competências;

9.20.14 Conferir o atesto do fiscal e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

9.20.15 Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;

9.20.16 Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;

9.20.17 Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;

9.20.18 Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;

9.20.19 Notificar formalmente a contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no objeto;

9.20.20 Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;

9.20.21 Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão nos devidos processos;

9.20.22 Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão que não se enquadram no inciso anterior;

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos Autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:

- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- 11.3.1. descumprimento, de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou
- 11.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

11.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

- 11.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e
- 11.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

11.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.

11.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

11.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

- 11.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do

art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

11.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

11.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.11. Considera-se inexecução total do contrato:

11.10.7. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

11.12. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

11.12.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

11.12.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

11.12.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

11.12.4. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

11.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

11.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.14.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.14.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;

11.14.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.14.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de

2013.

11.15. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

11.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

11.18. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

11.19. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

11.20. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

11.20.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

11.20.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

11.20.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

11.21. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

11.22. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

11.23. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

11.24. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

11.25. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

11.26. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.
- 13.11. . Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência, do Edital.
- 13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

- 14.1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

15. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

Anápolis, xx de xxxx de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

45ª MINIMARATONA 31 DE JULHO

1. Objeto:

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de organização técnica e operacional de eventos esportivos, contemplando: organização, execução, acompanhamento, apoio logístico, premiação, fornecimento de infraestrutura, de artigos de eventos e de mão de obra para a realização da 45ª Mini Maratona 31 de JULHO – 2026 (CATSER: 18.449), instituído através da Lei Municipal nº 2.149 de 1993, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme a Lei nº 14.133/2021, nas datas informadas neste termo.

1.2. O serviço é enquadrado como bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/21, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

1.3. Regime de execução: Empreitada por preço global, conforme art. 6º, XXIX, da Lei n. 14.133/2021.

1.4. O objeto da presente contratação é classificado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Desta forma, resta fundamentada a utilização da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, conforme preceitua o art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021

2. Da vigência do contrato

2.1. O prazo de vigência do contrato será de até 31 de dezembro do ano vigente, com início a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente, nos termos do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo para assinatura do instrumento contratual é de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e seus anexos.

2.3. O contrato poderá ser alterado, se assim convier a ambas as partes, nos termos e formas previstos nos artigos 124 e 125, da Lei nº 14.133/2021, desde que não altere o objetivo do ajuste.

2.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

3. Da fundamentação e da descrição da necessidade da contratação (Motivação)

3.1. Da fundamentação legal

3.1.1. Lei Municipal nº 2.149 de 1993

3.1.2. Lei nº 14.133/2021

3.1.3. Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

3.1.4. Lei nº 13.709/2018 – Lei de Proteção Geral de Dados

2. Da necessidade da contratação

3.2.1. A Secretaria de Esporte, responsável no Município por propor, incentivar e implementar as políticas públicas de esporte e lazer, através de planejamento, coordenação e supervisão de atividades e eventos esportivos, irá promover a 45ª Mini Maratona 31 de JULHO – 2026, que se realizará em percurso de 10,5 e 5 quilômetros.

3.2.2. A mini maratona 31 de Julho da cidade de Anápolis é uma prova tradicional que ocorre no mês de seu aniversário, fazendo parte do calendário de comemorações juntamente com outros eventos da prefeitura.

3.2.3. A 45ª Minimaratona 31 de Julho foi incluída nas comemorações oficiais do aniversário da cidade por meio da lei nº 2.149 de 1993. O evento é dividido em duas provas, uma de 5 km e outra de 10,5 km com circuito pré-estabelecido pelo Fiscal/Gestor do evento. Além de fazer parte das comemorações de aniversário da cidade, o evento busca proporcionar momentos de lazer e descontração à população anapolina e adjacentes e o estímulo ao esporte.

3.2.4. A 45ª Minimaratona 31 de Julho, nesta edição de 2026, ocorrerá sob a supervisão e chancela da Federação Goiana de Atletismo.

3.2.5. Diante do interesse da Administração na realização da 45ª Minimaratona 31 de Julho, considerando o tamanho e a complexidade do evento, além da logística que envolve sua realização, a contratação de uma empresa especializada para organizá-lo se apresenta como medida indispensável. A Contratada será responsável pela locação de materiais e equipamentos, pela disponibilização de pessoal adequado e pela execução dos serviços necessários nas provas de 5 KM e 10,5 KM , conferindo profissionalismo, agilidade, conforto e segurança aos participantes, convidados, funcionários, autoridades e público em geral.

3.2.6. Há também que se considerar ainda o custo/benefício, caso a Administração tenha que designar servidores para organizar e realizar, a contento, todo o evento. A contratação de empresa especializada, em face de sua experiência na área, é uma prática adotada por inúmeros órgãos públicos, quando da realização de eventos similares.

3. Objetivo Geral:

3.3.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de empresa especializada para a organização e realização da MiniMaratona 31 de julho de grande impacto social e cultural, visando a promoção da prática esportiva, a geração de lazer e a promoção do

4. Objetivos Específicos:

- 3.4.1. Promover a participação da comunidade em atividades esportivas, com foco em diferentes faixas etárias e modalidades.
- 3.4.2. Garantir a segurança e o bem-estar dos participantes, com a disponibilização de instalações adequadas e equipamentos de proteção.
- 3.4.3. Impulsionar o turismo local, atraindo visitantes e gerando renda para a economia do município.
- 3.4.4. Fortalecer a imagem da cidade como um polo esportivo e cultural, atraindo eventos esportivos de maior porte no futuro.
- 3.4.5. Estimular a prática esportiva e o desenvolvimento de talentos locais, contribuindo para a formação de futuros atletas profissionais.

5. Benefícios Esperados:

- 3.5.1. Promoção da saúde e bem-estar, através da prática esportiva.
- 3.5.2. Geração de lazer e entretenimento para a população.
- 3.5.3. Atraindo turistas e impulsionando a economia local.
- 3.5.4. Fortalecimento da imagem do município como um polo esportivo e cultural.
- 3.5.5. Contribuição para o desenvolvimento de talentos esportivos locais.

4. Descrição da solução como um todo

4.1. Trata-se de contratação de serviços de organização técnica e operacional de eventos esportivos, contemplando: organização, execução, acompanhamento, apoio logístico, premiação, fornecimento de infraestrutura, de bens, de artigos de eventos e de mão de obra para a realização de corrida de, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos, os quais devem atender as especificações contidas nos mesmos.

5. DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

5.1. Os quantitativos aqui apresentados foram dimensionados com base no histórico de edições anteriores da Mini Maratona, tomando-se como referência técnica e orçamentária o Processo Administrativo nº 01126.00000050/2025-18 (do ano de 2025), garantindo a continuidade do padrão de atendimento e a segurança dos 8.000 atletas previstos.

5.2. A definição das quantidades solicitadas no documento baseia-se em levantamentos históricos e na natureza técnica do evento:

- **Números de Peito e Medalhas (8.000 unidades):** A quantidade estimada de 8.000 números de peito e medalhas de participação é fundamentada em levantamentos realizados em edições anteriores da prova.
- **Kits Especiais (1.000 unidades):** O quantitativo de 1.000 kits (compostos por camiseta alusiva e meias de compressão) é destinado especificamente aos atletas sorteados, conforme a ordem de inscrição.
- **Seguro de Vida (8.000 pessoas):** O dimensionamento para a apólice de seguro cobre o teto máximo de inscritos estimado para o evento.
- **Infraestrutura e Materiais:** Itens como tambores de lixo (mínimo 40) e cones para isolamento (mínimo 800) foram quantificados para garantir a limpeza e a segurança do percurso de 5 km e 10,5 km.

5.3. Embora o Termo de Referência apresente os valores finais e as especificações, a memória de cálculo detalhada segue estes parâmetros:

- **Critério de Julgamento:** A licitação adota o Menor Preço por Lote, sob o regime de empreitada por preço global.
- **Composição dos Preços:** Os preços propostos pelas empresas devem incluir obrigatoriamente todos os custos diretos e indiretos, como:
 - Encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.
 - Custos com licenças, alvarás, seguros e transportes.
 - Lucros, tributos e despesas acessórias.
- **Premiações em Dinheiro:** O documento detalha tabelas específicas para a premiação, totalizando, por exemplo, R\$ 17.520,00 para a prova de 10,5 km e R\$ 10.320,00 para a de 5 km, divididos entre categorias geral, faixa etária e atletas anapolinos.

5.4. Justificativa da Solução Unificada (Lote Único)

5.4.1. A Administração justifica a contratação em lote único (não parcelamento) para garantir a coordenação dos serviços e evitar a perda de economia de escala. A separação dos itens poderia gerar inviabilidade técnica, falta de padronização e dificuldades na fiscalização do contrato.

6. Do parcelamento ou não do objeto

6.1. Nos termos do art. 47, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/21, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que sejam considerados a responsabilidade técnica e o custo para a Administração com a manutenção de vários contratos, frente às possíveis vantagens com a divisão do objeto em itens, o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

6.2. Neste caso específico, trata-se de uma solução unificada, cujo objeto apresenta inviabilidade de separação dentro de um mesmo ambiente e onde todos os itens precisam ser fornecidos de forma coordenada, de modo a garantir a qualidade do serviço. A separação poderá resultar no comprometimento da execução do objeto, gerando perda de economia de escala e causando inviabilidade técnica, pois demandaria maior emprego de recursos humanos para a fiscalização contratual e outras formalidades, devido à falta de padronização e uniformização na execução do serviço. Além disso, a

aquisição/locação dos itens de forma isolada, poderia fazer com que alguns deles restassem desertos ou fracassados, comprometendo ou até mesmo inviabilizando a sua realização

6.3. Ainda há que se considerar que a existência de mais de uma empresa contratada poderá acarretar uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por prática de atos lesivos à Administração.

6.4. Diante disto, conclui-se que o não parcelamento deste serviço não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, somente, assegurar a gerência segura da contratação e, principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também o alcance da sua finalidade e efetividade, qual seja, a de atender a contento às necessidades da Administração Pública.

7. Requisitos da contratação

7.1. Sustentabilidade

7.1.1. Os serviços, sempre que possível, deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

7.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da NR-6 do MTE – Equipamento de Proteção Individual;

7.1.3. A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento/capacitação periódico (a) dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, à redução de desperdício dos recursos naturais e à coleta seletiva, com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente.

7.1.4. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução dos serviços.

2. Subcontratação

7.2.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

7.2.1.1. Será vedada a subcontratação completa do objeto da contratação. Sendo permitido apenas a subcontratação de 40% da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste no planejamento, organização, execução e acompanhamento do evento, sendo permitida a subcontratação apenas para os serviços acessórios como fornecimento de bens, infraestrutura, pessoal e apoio logístico.

3. Participação de cooperativas

7.3.1. Será admitida a participação de Cooperativas, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

4. Participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio

7.4.1. Não será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de Consórcio.

7.4.2. DA JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

7.4.2.1. A vedação justifica-se pela baixa complexidade técnica e pelo vulto econômico do objeto, que é plenamente compatível com a capacidade individual de atendimento das empresas que atuam no ramo de eventos esportivos e logística.

7.4.2.2. Ademais, a proibição visa garantir maior celeridade na execução e segurança jurídica para a Administração Pública, uma vez que a pulverização de responsabilidades técnica e administrativa entre consorciadas poderia comprometer o rigoroso cronograma do evento, dificultando a fiscalização direta e a responsabilização imediata em caso de falhas operacionais durante as competições.

5. Garantia da contratação

7.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, pois poderia onerar o contrato e porque o pagamento se dará de forma integral após a realização do evento, logo, eventual penalidade poderá ser descontada do valor devido após a prestação dos serviços.

6. Vistoria

7.6.1. Por se tratar de serviços que serão prestados nas vias públicas, de amplo acesso aos licitantes interessados, não há que se falar em vistoria para a contratação em pauta.

7. Da Participação de Microempresas e empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)

7.7.1. Da Não Exclusividade e Não Reserva de Cotas: Em conformidade com o Art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Art. 49, inciso II, da mesma norma, NÃO haverá reserva de cotas de 25% (vinte e cinco por cento), tampouco exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nesta licitação.

7.7.2. Justificativa Técnica: A dispensa da reserva de cotas fundamenta-se na natureza indivisível do objeto e na necessidade de execução por Lote Único. A segmentação de itens ou a reserva de cotas para o fornecimento de materiais e serviços esportivos integrados (arbitragem, infraestrutura e logística) comprometeria a economia de escala e a unidade de comando técnico necessária para a realização do evento proposto, gerando prejuízo ao conjunto do objeto e risco à execução do cronograma oficial do município.

7.7.3. Da Ampla Participação: Fica assegurada a participação de ME/EPP em igualdade de condições com as demais empresas, mantendo-se o exercício do direito de preferência (desempate) previsto na legislação vigente, caso ocorra empate ficto na fase de lances.

8. Modelo de execução do objeto

8.1. Condições de execução gerais:

8.1.1. Do evento

8.1.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1.1.1. Início da execução do objeto: os serviços de planejamento e preparação do evento deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do contrato.

8.1.1.1.2. A corrida de rua deverá ter 2 trajetos com distância de 5 (cinco) quilômetros e 10,5 Km, e destina-se ao público com faixa etária a partir de 14 anos de idade.

8.1.1.1.3. A 45ª Mini Maratona 31 de Julho será realizada no domingo, na datas pré-definida pela Contratante neste Termo.

8.1.1.1.4. O eventos terá duração máxima de 10h distribuídos entre montagem e desmontagem do evento (6h30); corrida propriamente dita (2h); Premiação (1h30).

8.1.1.1.5. A contratada ficará responsável por todas as autorizações, alvarás e licenças necessárias à realização do evento.

8.1.1.1.6. Toda a infraestrutura necessária à realização do evento deverá estar montada, testada e disponível 24 (vinte e quatro) horas antes da largada.

8.1.1.1.7. A Contratada deverá disponibilizar estrutura para a entrega de água e frutas aos participantes, durante a corrida.

8.1.1.1.8. Os serviços de guarda-volume deverão estar disponíveis 01 (uma) hora antes da largada.

8.1.1.1.9. Toda a equipe deverá estar a postos, no local do evento, pelo menos 02 (duas) horas antes do início, permanecendo durante todo o tempo de duração do mesmo.

8.1.1.1.10. Contratar seguro de vida com cobertura de acidentes pessoais, despesas médicas e hospitalares e morte acidental para 8.000 (oito mil) pessoas inscritas, com apólice mínima de R\$ 10.000,00

8.1.1.1.11. Após a finalização do evento, a contratada deverá iniciar a desmontagem da estrutura utilizada para a sua realização.

8.1.1.1.12. Após a execução dos serviços referentes ao evento, a contratada deverá emitir nota fiscal dos serviços efetivamente executados e enviá-la ao(s) fiscal(is) do contrato.

8.1.1.1.13. Excepcionalmente, a critério da Secretaria de Esporte e por motivo de força maior, o evento poderá ter sua data alterada, fato que será comunicado à Contratada, com, no mínimo, 07 (sete) dias de antecedência.

9. Justificativa:

a. A mini maratona 31 de Julho da cidade de Anápolis é uma prova tradicional que ocorre no mês de seu aniversário, fazendo parte do calendário de comemorações juntamente com outros eventos da prefeitura.

b. A 45ª Minimaratona 31 de Julho foi incluída nas comemorações oficiais do aniversário da cidade por meio da lei nº 2.149 de 1993.

c. O evento é dividido em duas provas, uma de 5 km e outra de 10,5 km com circuito pré-estabelecido pelo Fiscal/Gestor do evento.

d. Além de fazer parte das comemorações de aniversário da cidade, o evento busca proporcionar momentos de lazer e descontração à população anapolina e adjacentes e o estímulo ao esporte e qualidade de vida.

10. Realização da Corrida (45ª Minimaratona 31 de Julho)

- a) Data prevista – 26/07/2026
- b) Horário da largada – 7h
- c) Público Alvo – Comunidade em geral
- d) Distância – 5KM e 10,5KM
- e) Local – Ginásio Internacional Newton de Faria
- f) Percurso – Elaborado pela Secretaria de Esporte e repassado para a CONTRATADA com largada e chegada

11. Inscrições

11.1. As inscrições para a 45ª Minimaratona 31 de julho será a doação de dois kilos de alimento não perecível que será entregue na retirada do CHIP e do Número de Peito.

11.2. Os alimentos serão entregues pelos atletas na Secretaria de Esporte e a empresa CONTRATADA fará a separação e empacotamento destes alimentos. Conforme a entrega pelos atletas for sendo feitas a empresa CONTRATADA DEVERÁ FAZER A ENTREGA NA SECRETARIA DE ESPORTE JÁ SEPARADO POR ALIMENTOS E EM FARDOS.

11.3. Após o encerramento das inscrições a CONTRATADA deverá repassar em (3) Dias a quantidade total de inscritos geral e por faixa etária ao CONTRATANTE.

11.4. A CONTRATADA deverá imediatamente ao termino das inscrições repassarem a listagem de inscritos para empresa de cronometragem que irá realizar a prova.

12. Critérios para realização do certame

10.1. A Contratação será realizada por Lote Único, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, obrigando o licitante a participação em quantos itens constar no lote, devendo oferecer proposta para todos os itens que o(s) compõem.

10.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme disposto no art. 6º, inciso VIII, “a”, da Lei de Licitações e especificações constantes do termo de referência em anexo

10.3. Justificamos que, por ser um serviço esportivo (um campeonato), para que esta pasta gerencie

melhor todas as etapas a contratação será melhor executado por um único fornecedor.

13. Descrições dos serviços

13.1. Local da prestação dos serviços

13.1.1. Os serviços serão prestados nas imediações do Ginásio Internacional (entrega dos kits, alimentos, retirada dos números com chip) e nas vias públicas do Município (trajeto da corrida).

13.2. Materiais a serem disponibilizados

13.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, equipamentos de sonorização, ferramentas, utensílios e pessoal necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na Relação de Itens na tabela constante do Anexo I deste instrumento.

13.3. Informações relevantes para o dimensionamento e formulação da proposta:

13.3.1. A proposta de preços deverá ser enviada por meio do sistema eletrônico, contendo, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

I - Descrição Detalhada: Especificação clara do objeto ofertado (conforme anexo I, deste Termo), em estrita observância às exigências mínimas deste Termo de Referência.

II - Marca/Modelo: Indicação expressa da marca e modelo dos materiais esportivos (bolas, cronômetros, etc.), para fins de verificação da qualidade mínima e referência de desempenho.

III - Valores: Indicação dos valores unitários e do valor total global do lote, expressos em moeda corrente nacional (Real), já inclusos todos os custos diretos e indiretos (tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários).

IV - Validade: Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

V - Declaração de Conformidade: Declaração expressa do licitante de que os produtos e serviços ofertados atendem integralmente às especificações técnicas e requisitos de qualidade estabelecidos neste TR e seus anexos.

13.3.2. A proposta apresentada deverá conter o CNPJ da proponente.

13.3.3. Será realizada 1 (uma) etapa da 45ª Mini Maratona, com percursos de 5 (cinco) e 10,5 quilômetros.

13.3.4. A Contratada terá como atribuições a organização técnica e operacional do evento esportivo (45ª Mini Maratona, com percursos de 5 (cinco) e 10,5 quilômetros), contemplando: organização, execução, acompanhamento, apoio logístico, pagamento de seguro, premiação, fornecimento de infraestrutura, de bens, de artigos de eventos e de mão de obra.

13.3.5. A Contratada deverá arcar com todos os custos de licenças, alvarás, seguros, transportes, fretes, materiais, mão-de-obra, impostos e quaisquer outros que porventura se fizerem necessários para a execução do objeto.

14. Da assistência técnica, garantia e reposição

1. A Contratada responde civil e administrativamente pela qualidade, segurança e adequação de todos os materiais e equipamentos fornecidos, garantindo que estejam em perfeitas condições de

uso, higienização e funcionamento durante todo o período de montagem, execução e desmontagem da 45ª Mini Maratona 31 de Julho.

2. Do Plantão de Substituição e Itens de Consumo:

I - Itens de Cronometragem e Identificação: A Contratada deverá manter um estoque de reserva (*back-up*) de chips de cronometragem, números de peito e alfinetes no local de entrega de kits e na arena de largada, para substituição imediata em caso de defeito técnico ou avaria detectada antes da prova.

II - Infraestrutura de Percurso: Para itens de sinalização e segurança (cones, cavaletes, fitas de isolamento e grades), a Contratada deverá manter equipes de ronda para reposição ou reposicionamento imediato caso os materiais sejam deslocados, danificados ou furtados durante o evento, garantindo a integridade do percurso.

III - Insumos de Hidratação e Premiação: A substituição de materiais de consumo (copos de água, frutas, medalhas ou troféus) que apresentem vícios de qualidade ou embalagens violadas deverá ser feita de forma imediata, sem qualquer custo adicional para a Administração.

3. Eventuais instabilidades no software de inscrições ou falhas nos equipamentos de cronometragem eletrônica (tapetes magnéticos, antenas e receptores) deverão ser sanadas por suporte técnico especializado presente no local. Em caso de falha crítica nos equipamentos de leitura, a contratada deve acionar imediatamente o sistema de backup (cronometragem manual/visual de contingência) para assegurar a continuidade da apuração e o registro oficial dos resultados em tempo real.
4. A Contratada é integralmente responsável por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros decorrentes da má instalação de estruturas (pórticos, tendas, box truss, arquibancadas) ou da má prestação dos serviços de saúde e segurança, devendo promover o reparo ou indenização imediata, independente da cobertura do seguro de vida contratado para os atletas.

15. Das obrigações das partes

15.1. CABERÁ À CONTRATANTE:

- 15.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços do objeto, de acordo com as determinações deste Termo de Referência e com os termos de sua proposta.
- 15.1.2. Permitir o acesso dos empregados da empresa prestadora de serviço às suas dependências para execução dos serviços contratados, quando necessário;
- 15.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas obrigacionais contidas neste Termo de Referência e com os termos de sua proposta.
- 15.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no fornecimento do objeto.
- 15.1.5. Promover os pagamentos no prazo e condições ajustadas.
- 15.1.6. Zelar para que durante toda a vigência do ajuste sejam mantidas as obrigações assumidas pela Contratada, especialmente todas as condições de habilitação e qualificação.
- 15.1.7. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada.

15.1.8. Aplicar as sanções previstas legais e/ou fixadas neste Termo de Referência.

15.1.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.1.10. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

15.1.11. Acompanhar e avaliar as atividades realizadas pela Contratada, podendo propor a substituição das referidas atividades bem com transferir a prova para outro local, quando julgar necessário.

15.1.12. Solicitar a substituição de qualquer profissional, se entender que o mesmo não está cumprindo as metas estipuladas ou não cumpre com as diretrizes estabelecidas. O prazo para o atendimento da substituição será de 24 horas, após notificação.

15.1.13. Fiscalizar se todo o efetivo da CONTRATADA está uniformizado e com crachá de identificação com a função.

15.1.14. Fornecer o material de premiação – medalhas e troféus.

15.1.15. Fornecer a água que será distribuída no percurso e na chegada.

15.1.16. Promover o acompanhamento do presente instrumento, durante o prazo de vigência, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, de acordo com este Edital;

15.1.17. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

15.1.18. Indicar um servidor como seu Representante para acompanhamento do Contrato após a assinatura, bem como indicar um Gestor do Contrato, a quem competirá à fiscalização dos serviços, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento;

15.1.19. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

15.1.20. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços.

15.2. CABERÁ À CONTRATADA:

15.2.1. Executar o objeto no prazo assinalado no presente contrato e de acordo com o descrito neste Termo.

15.2.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da fiscalização do Contratante;

15.2.3. Manter, durante o prazo de execução do contrato, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na licitação;

15.2.4. Elaborar o Regulamento da prova, que deverá ser discutido com a Contratante e publicado no sítio eletrônico criado para o evento e onde também serão realizadas as inscrições;

15.2.5. Providenciar o transporte do pessoal e dos materiais necessários à execução dos serviços até o local de trabalho;

15.2.6. Instruir seus empregados e prepostos a se adequarem às normas disciplinares, regimentais e de segurança do Contratante sem, contudo, manter qualquer vínculo empregatício com a mesma;

15.2.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá quando em trabalho, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso, bem como substituir mediante solicitação, qualquer empregado ou preposto cuja conduta seja julgada inconveniente pela Fiscalização da Contratante

15.2.8. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios, dentre outras, exigidas nas diversas legislações vigentes para esse tipo de evento;

15.2.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.2.10. Instruir seus empregados a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços;

15.2.11. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços, peças ou materiais, em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, onde seja constatada imperícia por parte da Contratada;

15.2.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.2.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados ou prepostos, diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

15.2.14. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;

15.2.15. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento deste Instrumento;

15.2.16. Não veicular nenhuma imagem, vídeo, publicidade ou qualquer outra ação acerca dos eventos sem prévia autorização;

- 15.2.17. Manter em dia todos os encargos e obrigações previstas na legislação social, trabalhista e previdenciária em vigor, fazendo a comprovação, a qualquer tempo, quando solicitado pelo Contratante;
- 15.2.18. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 15.2.19. No que se aplicar, arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei;
- 15.2.20. Levar, imediatamente, ao conhecimento da Fiscalização da Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis e comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;
- 15.2.21. Acatar todas as exigências do Contratante, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 15.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.23. Permitir ao servidor credenciado pela Contratante, fiscalizar os serviços, sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese a eventual falta de fiscalização do Contratante eximirá a Contratada das responsabilidades decorrentes do Contrato, correndo por conta da mesma todas as despesas, em razão dos serviços de desfazer e refazer;
- 15.2.24. Garantir que a execução de todos os trabalhos será por mão de obra qualificada, devendo a contratada estar ciente, das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada serviço constante da especificação;
- 15.2.25. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 15.2.26. Se responsabilizar por promover/providenciar acessibilidade em todos os espaços do referido evento;
- 15.2.27. Responsabilizar-se por todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários ao perfeito funcionamento de todo o evento;
- 15.2.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar o valor correspondente aos danos sofridos;
- 15.2.29. A empresa deverá estar com os equipamentos, testados e em pleno funcionamento até 02

(duas) horas antes do início do evento. E deverão ser recolhidos ao final do evento, sem ônus adicional para a Administração;

15.2.30. Apresentar um relatório após o evento finalizado, apontando de forma geral, como foi o desenvolvimento/desempenho do evento, bem como, os comprovantes de depósitos, caso houver, da premiação em dinheiro em que não houve retirada e/ou categorias que não houver inscritos;

15.2.31. Arcar com todas as despesas decorrentes de taxas e tarifas bancárias, bem como encargos/impostos e outras despesas;

15.2.32. Disponibilizar endereço, número de telefone e pessoal para efetuar pagamento aos atletas que não receberam a sua premiação da prova, conforme regulamento o mesmo terá 72 (setenta e duas) horas para efetua-la;

15.2.33. Depositar em conta corrente da Prefeitura, com dados fornecidos pela Secretaria de Esporte, as premiações que não foram retiradas, no prazo de 24 horas após encerrado o prazo do pagamento;

15.2.34. Fornecer E.P.I's e alimentação à sua equipe de trabalho, caso necessite;

15.2.35. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, com sede no município de Anápolis, caso seja necessário.

15.2.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.2.37. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.2.38. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.2.39. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados;

15.2.40. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as à Contratante para ateste e pagamento.

15.2.41. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.2.42. Comunicar ao(s) fiscal(is) do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.2.43. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de

terceiros.

15.2.44. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

15.2.45. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

15.2.46. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.2.47. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

15.2.49. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, no âmbito da Prefeitura de Anápolis, sem a sua prévia autorização.

15.2.50. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, na quantidade, qualidade e tecnologia especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização da Contratante;

15.2.51. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

15.2.52. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15.2.53. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

15.2.54. Aceitar os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, atualizado, nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.55. Responsabilizar-se pela contratação de profissionais qualificados para compor a equipe de CRONOMETRAGEM para registro do tempo dos atletas e das equipes.

15.2.56. Disponibilizar EQUIPAMENTOS COM BACKUP e de alta precisão, além de e

16. Divulgação

16.1. Criação E DISPONIBILIZAÇÃO de site para o evento onde deverá conter regulamento, informações básicas do evento e quando e onde retirá-lo, local para efetuar a inscrição, descrição do percurso, resultado final da prova, FOTOS pós corrida, informações necessárias para a corrida e também um campo para dúvidas além de telefones de contato da empresa executora da parte técnica do evento.

16.2. O site deverá estar pronto e em funcionamento, no ato das inscrições.

16.3. O SITE deverá ter todas as logomarcas do evento, prefeitura municipal, Secretaria de Esporte e parceiros.

16.4. Envio de resultados via SMS para todos os atletas

16.5. Todas as artes do site, banners, número de peito, chip, envelopes, etiquetas e demais deverão ser apresentadas com um mês de antecedência pela CONTRATADA para serem aprovadas pela Secretaria de Esporte da Prefeitura Municipal.

16.6. As logomarcas oficiais serão apresentadas pela CONTRATANTE com um mês de antecedência do evento.

16.7. SERÁ de RESPONSABILIDADE da CONTRATADA a SINALIZAÇÃO e MARCAÇÃO de KMS e

HIDRATAÇÃO no PERCURSO com tinta.

16.8. A CONTRATADA DEVERA ELABORAR E CONFECCIONAR UM MÍDIA KIT: Compor um Mídia Kit que deverá trazer as cores da marca prefeitura de Anápolis – Secretaria de Esporte e imagens (fotos) ilustrativas do evento em harmonia e sequência de realização com abrangência total da 45ª Minimaratona 31 de Julho, desde a montagem das tendas das assessorias no sábado, montagem da estrutura (making off). Todo esse arquivo deverá ser entregue à Secretaria de Esporte com uma semana depois da corrida. Também deverá estar gravado em pendrive, e em formato Power Point e CANVAS para apresentação do evento a possíveis parceiros, também em encadernação com capa trazendo a arte do evento nas cores da cidade, com a logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Esporte, capa e conteúdo em papel ASPEN PEROLADO 180g verniz total com num mínimo 150 fotos selecionadas pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Esporte.

17. A CONTRATADA deverá FORNECER ainda:

17.1. Separadores de filas para entrega do material de prova e também no guarda volumes. Descrição abaixo:

Diametro Base: 33 cm **Altura:** 96 cm **Diametro tubo:** 60 mm **Fita:** 200 cm x 5 cm **Peso:**

~10 kgTubo com diâmetro de 60 mm em aço galvanizado com acabamento preto fosco.

– Base em ABS de alta resistência com preenchido com cimento.

– Capa para base em aço galvanizado na cor do Tubo

– Carretilha com fita retrátil na cor AZUL ROYAL com 2 metros

- Presilha para encaixe em cada separador com travas e freio para retorno lento da fita que evita acidentes.
- Material de alta resistência com sistema de auto-encaixe

17.2. Equipe de serviços

I. Coordenador Geral (CONTRATADA);

Quantidade: 01

- (1) Deverá iniciar sua atuação a partir da assinatura do contrato até a desmontagem do evento e avaliação final realizada entre a Secretaria de Esporte e a CONTRATADA
- (2) Qualificações exigidas ao Coordenador Geral
 - (a) Comprovar via declaração que coordenou mais de 5(cinco) corridas de rua com a participação de no mínimo 3.000 atletas cada uma. A declaração deverá ser assinada pela contratante dos eventos que organizou.
 - (b) Ter total conhecimento de regras de Atletismo e realização/ organização de provas de MiniMaratona.
 - (c) Corresponder à confiança nele depositada pelo Fiscal/Gestor do evento, conduzindo a realização da MiniMaratona de Julho de maneira lícita e democrática.
 - (d) Cumprir e fazer cumprir, por todos os participantes do evento (equipes, árbitros, voluntários), a programação estabelecida pelo Fiscal/Gestor do evento e pela Coordenadoria de Atletismo os horários da competição.
 - (e) Dirigir reuniões de caráter específico da modalidade Atletismo corrida de rua – Minimaratona 31 de julho, durante a realização do evento.
 - (f) Designar sob sua organização o fiscal/Gestor de julgamento para julgar as possíveis infrações, durante a realização do evento.
 - (g) Responsabilizar-se pela disciplina dos participantes do evento junto ao fiscal/Gestor do mesmo.
 - (h) Levar ao conhecimento do Conselho Técnico da Federação Goiana de Atletismo para julgamento, todos os recursos de natureza técnica que por ventura surgirem e à Diretoria os de natureza administrativa, desde que as penalidades ultrapassem o período da competição.
 - (i) Divulgar os resultados através de boletins finais e através do SITE.
 - (j) Cumprir o programa horário estabelecido pelo Fiscal/Gestor do evento no que diz respeito aos horários reservados para competições.
 - (k) Dirimir quaisquer empecilhos à realização da MiniMaratona de Julho, no sentido de permitir o pleno desenrolar do mesmo.
 - (l) Elaborar um regulamento exímio para prova, sendo que esse deverá ser analisado e aprovado pela equipe supervisora, designada pela Secretaria de Esporte. Criar logomarca, única, exclusiva, específica para 45ª MiniMaratona de Anápolis, sendo que a mesma deverá ser analisada e aprovada pela equipe supervisora da Secretaria de Esporte.de Anápolis.
 - (m) Elaborar um Check List para controle total das ações, sendo que o mesmo deverá ser desenvolvido sob

o crivo da equipe supervisora, designada pela Secretaria de Esporte de Anápolis.

- (n) O Coordenador será responsável por todo evento, incluindo as largadas e chegadas das pessoas com deficiências por medir o percurso oficialmente, aferir sua altimetria e os pontos de estrangulamento de trânsito, para posterior balizamento, com distribuição de staffs pelo percurso, para controle do trânsito, segurança e suporte ao atleta. A CONTRATADA juntamente com o COORDENADOR indicado pela CONTRATADA deverá apresentar um croqui do percurso e da distribuição dos staffs ao longo do mesmo.
- (o) O Coordenador Geral será responsável pela disposição da montagem de toda a estrutura da corrida, a CONTRATADA deverá apresentar o esquema de montagem que será aprovado pelo Físico/Gestor da Secretaria de Esporte.
- (p) Responsável pela estrutura (submeter-se ao Coordenador Geral do Evento e aos responsáveis pelo evento indicados pela Secretaria de Esporte;
- (q) Responsável pelo Percurso (submeter-se ao Coordenador Geral do Evento e aos responsáveis pelo evento indicados pela Secretaria de Esporte;
- (r) Responsável pela Arena (local onde estará toda estrutura de largada e chegada) (submeter-se ao Coordenador Geral do Evento e aos responsáveis pelo evento indicados pela Secretaria de Esporte;
- (s) Responsável pela equipe de entrega de CHIP e Número de Peito, KIT, KIT pós (frutas e água), Premiação (medalhas, troféus e pagamentos) (submeter-se ao Coordenador Geral do Evento e aos responsáveis pelo evento indicados pela Secretaria de Esporte;
- (t) Responsável pela Cronometragem (submeter-se ao Coordenador Geral do Evento e aos responsáveis pelo evento indicados pela Secretaria de Esporte;

17.3. Sobre a contratação de Coordenador de Arbitragem

1 . Responsabilidade da CONTRATADA a contratação de Coordenador de Arbitragem, no mínimo 01 coordenador. Pessoa qualificada para a função:

O coordenador de arbitragem deverá coordenar toda equipe de arbitragem e se responsabilizar pela homologação dos resultados das provas de 5km e 10,5km com resultados nas faixas etárias, resultado geral e resultados e classificação dos Anapolinos masculinos e femininos. Deverá dirimir todas as dúvidas dos atletas quanto aos resultados. Deverá manter um árbitro na entrega da premiação como forma de evitar dúvidas e entregas de modo errado.

17.4. Sobre a contratação de Árbitros de Atletismo

- a) Responsabilidade da CONTRATADA a atuação da arbitragem será somente no dia da realização do evento. No mínimo 08 árbitros
- b) Pessoas qualificadas a função. Qualificações exigidas aos Árbitros:
- c) Árbitros de Atletismo devidamente registrados na Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) e nas Entidades Estaduais de Administração suas filiadas, dentro das normas específicas para tal fim.
- d) Conhecer e aplicar as regras de atletismo, mais especificamente de MiniMaratona.
- e) Submeter-se ao Coordenador Geral do evento e ao Coordenador indicado pela Secretaria de Esporte.

f) Deverão estar uniformizados e com crachás que os identifiquem sendo da federação Goiana de Atletismo.

g) Deverá homologar o resultado da corrida via Federação Goiana de Atletismo.

17.5. Estrutura para execução do evento

I I . Do fornecimento dos materiais, locação e contratação de serviços será de responsabilidade da CONTRATADA:

a. Transporte de todos os itens necessários para realização do evento;

b. Montagem e desmontagem de toda a estrutura necessária para realização do evento;

c. Agendamento e homologação da prova

a) O PERMIT e agendamento do evento junto a Federação Goiana de Atletismo – FGAT e outros órgãos competentes;

b) A Contratação do serviço staffs para diversas funções no dia do evento

c) A cobertura fotográfica e filmagens do evento, com drones e equipamentos fotográficos de alta resolutividade, na largada, chegada e em pontos decididos pela Supervisão do evento da Secretaria de Esporte.

d) Edição com música de todo materiais filmagens e fotografias com logomarcas e evidenciando a Prefeitura e Secretaria de Esporte;

e) A filmagem editada deverá ser repassada a Secretaria de Esporte e Comunicação para divulgação em redes sociais e no SITE da Prefeitura;

f) O material fotográfico e filmagens deverão estar disponíveis por 30 dias após o término do evento no hot site do evento para que os corredores tenham acesso e possam baixar as fotos e filmagens gratuitamente.

17.6. - Postos de hidratação

a) Fornecer 20 tinas com pés para armazenamento dos copos de plásticos com águas de 250 ml pelo percurso nos postos de hidratação e na chegada dos atletas;

b) O fornecimento de mão de obra, bem como a montagem e desmontagem de toda a estrutura para os postos de hidratação no local da largada e chegada e também ao longo do percurso nos postos de hidratação.

17.7. - Locução

a) Será de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de locutor com experiência para atuar durante toda a realização do evento. Os mesmos deverão estar no local da largada e chegada

b) A CONTRATADA deverá apresentar os nomes dos profissionais para validação da Secretaria de Esporte.

c) O roteiro do cerimonial será de responsabilidade da SECRETARIA DE ESPORTE.

17.8. Banheiros

- a) Disponibilizar a mão de obra para manutenção (limpeza, retirada de lixo, uso de desinfetante, descargas quando necessário de 12 (doze) banheiros que se localizam dentro do Ginásio Internacional Newton de Faria;
- b) Deverá ter mão de obra para os banheiros masculino e feminino, os mesmos deverão manter os banheiros limpos e higienizados, abastecidos com papel higiênico que a contratante irá disponibilizar.

17.9. Tendas

- a) A disponibilização montagem e desmontagem de 08 tendas todas BRANCAS NOVAS MODELO CHAPEU DE BRUXA sendo 02 unidades medindo 3x3 com fechamento nas laterais, 05 medindo 4mx4m sendo duas com fechamento lateral e 02 medindo 10mx10m, no local da largada e chegada.
- b) As tendas DEVERÃO ser sinalizadas pela CONTRATADA com banners de testas do tamanho de cada testa frontal da tenda com a logomarca da Prefeitura/Secretaria de Esporte, logomarca do evento. Nomes das tendas: Premiação – Cronometragem – Pagamento – TOTEM DE FOTOGRAFIA - Guarda Volume - Assessoria de Corrida – Sorteio – Medalha de Participação - .Kit pós;
- c) As tendas deverão ser montadas a partir de 24/07/ 2026 e desmontadas no dia 26/07/2025, logo após o encerramento do evento.
- d) A CONTRATADA deverá sinalizar todas as tendas

17.10. Rádios comunicadores

- a) Será de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de 08 rádios comunicadores com alcance em todo o percurso caso necessário, sendo que destes, 01 ficará com a CONTRATANTE durante a realização do evento, garantindo a comunicação imediata com a CONTRATADA.

17.11. - Sonorização

- a) Sistema de sonorização profissional completo que comporte uma banda de músicas que tocarão por 4 horas para área externa com PA de 08 canais ou equivalente, com 02 microfones sem fio de longo alcance, DJ com todos os equipamentos necessários e repertório de músicas para atividade física. Deverão ser instaladas 02 caixas de som no pórtico de largada + 4 caixas serão instaladas no palco. Cabeamento e instalações elétricas por conta do fornecedor. A contratada deverá deixar 01 técnico de som encarregado de acordo com o horário do evento. Todos os equipamentos deverão ser montados e testados 2 dias antes da realização do evento. Os custos de hospedagem, alimentação e transporte de todo o material e equipe por conta do fornecedor. Deve estar incluso no valor a equipe de montagem/desmontagem/manutenção, carregadores e coordenador de montagem e desmontagem.
- b) Disponibilização de 01(um) técnico de som para operação do mesmo.

- c) 01 DJ para animar a arena, com horário de permanência de 7h até ao 12h.
- d) Disponibilização de eletricitista para instalação de todos os pontos de energias necessários e passagem dos cabamentos via PASSA FIO e atender aos parceiros. O mesmo deverá estar disponível um dia antes do evento e no dia do evento, desde o início até a desmontagem de toda estrutura.
- e) TODO CABEAMENTO NO CHÃO DEVERÁ SER COBERTO POR PASSA FIO. NENHUM CABEAMENTO DEVERA SER ENROLADO OU COLOCADO JUNTO AS ESTRUTUTURAS METALICAS. TODO O SISTEMA DEVERÁ TER ATERRAMENTO.

17.12. Segurança

- a) 06 seguranças devidamente uniformizados e identificados para o local de largada e chegada, bem como para a segurança dos equipamentos que irão ficar montados no dia anterior ao dia da realização do evento;
- b) 04 motoqueiros devidamente equipados que rodarão antes, durante e após o evento no percurso de 5KM e de 10,5km durante a realização do evento.

III. Disposições Gerais

1. Os seguranças deverão atender os requisitos mínimos exigidos para exercício da profissão, conforme determina a redação da Lei 7102/83 e suas alterações posteriores;
2. A contratada deverá fornecer equipe devidamente treinada para exercer as funções de acordo com as seguintes especificações e condições mínimas:
3. Durante o transcorrer do evento, é vedado aos seguranças: fumar, consumir bebida alcoólica ou portar brincos, piercings, bonés, chapéus, aparelhos de som (celulares, mp3) com fones de ouvidos ou qualquer outro objeto ou equipamentos que possa atrapalhar a qualidade do serviço;
4. Deverão ser fornecidos rádios com fones e microfones de lapela (não serão aceitos modelos que causem qualquer tipo de interferência) em todos os eventos ;
5. 5 . Todos os seguranças não poderão portar qualquer tipo de arma, (revolver, faca, spray de pimenta, arma de choque, algemas etc.);
6. 6. A contratada, na prestação dos serviços, deverá atender rigorosamente (quanto à organização) as solicitações do Fiscal/Gestor do Evento, representada por qualquer um de seus membros;
7. 7 . A empresa vencedora fornecerá os profissionais devidamente contratados , bem como arcará com todas as despesas para com eles, respondendo ainda por todos os encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais respectivos;
8. Para controle da entrada de público deverão ser utilizados bastões com detector de metal para revistas;
9. Orientar e monitorar o público em toda a extensão do evento, exigindo ordem, respeito, e devendo comunicar ao representante da Contratante qualquer ocorrência;
10. Os Seguranças utilizarão de tablados específicos para este fim, fornecidos pela Contratada para

melhor observação do recinto. O local da instalação do tablado será indicado pela contratante e a instalação ficará de responsabilidade da Contratada;

11. Em casos de ocorrência no interior do recinto os seguranças, deverão estar preparados e aptos para realizar a prevenção, verbalização e disseminação junto aos munícipes causadores do fato, caso seja necessário retirá-los do local do evento ou preservar o local dos fatos e solicitar imediatamente a presença das Forças Policiais, para efetuar os procedimentos necessários;

12. Efetuar abordagens discretas em situações suspeitas, qualificar pessoas envolvidas, fiscalizar a movimentação de bens materiais, realizar revista, preservar local de delito para perícia técnica, isolar áreas de riscos, se necessário;

13. A contratada terá o prazo de 02 (dois) dias para apresentar listagem dos integrantes da equipe, digitada, constando no me completo, RG e CPF de cada membro e os respectivos antecedentes criminais dos mesmos.

17.13. - Limpeza

- a) A disponibilização de no mínimo 40 tambores para lixo de 200 litros com sacos de lixos, as quais deverão ser distribuídas no funil de chegada e no local de distribuição do kit pós.

17.14. Guarda Volumes

- a) A montagem da estrutura de funcionamento do guarda-volumes, fornecimento de no mínimo 1000 sacos tamanho 30x30 cm transparentes para embalagem individuais dos pertences dos atletas E AINDA 30 PACOTES com 100 ABRACADEIRAS DE PLÁSTICOS 4,8 x 250mm para lacrar os pertences, PINCEIS ATOMICOS PRETO, AZUL E VERMELHO, FITA CREPE LARGA e mão de obra para o perfeito funcionamento do mesmo;
- b) SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA o controle e recebimento, devolução e segurança dos pertences dos atletas.

17.15. KIT (alusivo ao evento- Camiseta e meias de compressão)

- a) Identificação do local e entrega dos 1000 KITS para os atletas sorteados que receberão o KIT (Camiseta, meias de compressão) o kit já montado será entregue na retirada do CHIP e do Número de peito;
- b)A CONTRATADA terá que apresentar a listagem dos 1000 contemplados juntamente com a listagem das inscrições para auditoria da Secretaria de Esporte. Logo após o termino das inscrições. O controle desta entrega dos 1000 KITS será de inteira responsabilidade da CONTRATADA que deverá responder todas as dúvidas que por ventura vierem a ocorrer por parte dos inscritos.
- c) Após a entrega que antecede o evento, a CONTRATADA deverá apresentar a listagem dos KITS entregues e ainda todos os KITS que sobraram embalados, contados, separados por tamanho e os mesmos deverão ser entregues para Secretaria de Esporte.

- IV. KIT PÓS – Kit pós (banana prata, maçã, barrinha de cereal com frutas, morango, frutas vermelhas macia e mastigável E COM DATA DE VENCIMENTO DISTANTE DO PRAZO) água, medalha de participação.
- V. As águas e as medalhas de participação serão disponibilizadas pela CONTRATANTE com dois dias de antecedência do evento.
- VI. Responsabilidade da CONTRATADA:
- VII. A CONTRATADA deverá adquirir as bananas prata, maçãs e barras de cereais de 20g e ainda disponibilizar mão de obra para compor o KIT PÓS separar as bananas prata, as maçãs (higienizadas), barras de cereais de 20g(morango e frutas vermelhas) e colocá-las em saco 25cmx20cm com ZIP LOCK próprios e higienizados para entrega aos atletas no dia do evento;
- VIII. Disponibilizar mão de obra para montar as tinas e 240 kg de gelo para a colocação nas tinas e água (copo de 250 ml) no funil de chegada para os atletas;
- IX. A disponibilização de mão de obra para montagem e organização, identificação do local de distribuição do kit pós e água pós corrida;
- X. Identificação e entrega da medalha de participação;

17.16. - Cronometro de largada

- a) A disponibilização e o perfeito funcionamento de 01 (um) cronometro progressivo digital dupla face com informação de hora, minutos e segundo;
- b) Duas buzinas de ar comprimido para efetuar a largada;
- c) Filmagem da largada e chegada do evento para identificação caso haja inconsistência do resultado

17.17. - Cronometragem

- a) Será de responsabilidade da CONTRATADA a contratação dos serviços de cronometragem para o número de inscritos final com 02 tapetes na largada e chegada de 6MTS, 01 tapete no controle de prova KM 2,5 do percurso de 5KM de 6MTS (ponto adicional) e um tapete no 7 KM de 6MTS no percurso de 10,5KM, (2º ponto adicional) e leitores para largada e chegada no tamanho mínimo de 6m (incluir as Antenas Laterais e Antenas de Solo para os tapetes).

17.18. - Sinalização

- a) Todo material deverá estar com as logomarcas da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Esporte, parceiros e logomarca do evento.
- b) 14 Windflies EM POLICROMIA completos personalizados com o LOGOMARCA DA PREFEITURA/Secretaria de Esporte em tecido com 0,90m x 4,50m, com mastro de 5,70m divididos em 4 partes, sendo 2 de aço e 2 de fibra flexível acompanhando suporte de chão tipo de fibra de vidro e base com 5 apoios para prender o mastro em pernas de tendas ou gradil ou pórtico de largada ou haste vertical similar, após o uso este material deverá ficar para a CONTRATANTE.

- c) O fornecimento de 01 faixa de chegada, confeccionada em lona, nas medidas 360 cm x 30 cm com logomarca da Prefeitura/Secretaria de Esporte.
- d) O fornecimento de 10 faixas de trânsito com impressão digital com acabamento em madeira nas laterais, medindo 6m x 0,50cm. A sinalização deverá ser feita a cada um quilometro ao longo do percurso.
- e) As faixas deverão ser instaladas pela CONTRATADA no mínimo uma semana antes da realização do evento e retiradas logo após a realização do mesmo
- f) Colocação de placas de indicação de quilometragem com tamanho 1.20m por 0,76 em local visível para o corredor nos KMs, 1km, 2km, placa de HIDRATAÇÃO no KM 2,5, e indicação de retorno da prova de 5KM, 3km, 4km, 5KM, 6KM, placa de HIDRATAÇÃO, 7KM, 8KM, 9KM.
- g) Instalação e retirada de 180 M² com 7 mts de largura de Carpete de funil na cor azul royal com instalação no funil de largada e chegada e deverá ser retirado pela CONTRATADA que deverá entregar após desmontado e higienizado para a SECRETARIA DE ESPORTE.

17.19. - Grades de isolamento

- a) Será de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização e montagem e desmontagem de 500 metros de gradis medindo 2x1 metros para isolamento e contenção fabricadas em aço e acabamento galvanizado na cor prata.
- b) Todo o gradil deverá ser posicionado 3 horas antes do início da prova.
- c) BANNERS PARA GRADIS 2x1 metros com a logomarca da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Integração. DEVERÃO estar montados para a prova com 1 (UM) dia de antecedência da largada.

17.20. - Pórtico de largada

- a) Pórtico GRID de Largada/chegada com estrutura mínima de: 06m de largura x 04m de altura (transversal entre as colunas laterais 4 a 6 metros de acordo com a necessidade do evento, por onde passam os atletas), em estrutura de Q30. Sendo 02 laterais com 01m de largura cada e a testeira com 01m de altura x 06m de largura. Envelopado COM BANNERS confeccionados pela CONTRATADA. (AS LOGOMARCAS serão disponibilizadas pela Assessoria de Comunicação DA SECRETARIA) as artes dos BANNERS deverão ser confeccionadas pela CONTRATADA e aprovadas pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Esporte

17.21. LONAS EM POLICROMIA

- a) Com as logomarcas da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Esporte parceiros e logomarca do evento.
- b) Responsabilidade da CONTRATADA confeccionar:
- c) Lona testeira 1 – 5,90m de largura x 0,90m de altura, com ilhóes nas bordas (pode variar de acordo com o tamanho do Pórtico)

- d) Lona testeira 2 - 5,90m de largura x 0,90m de altura, com ilhóes nas bordas (pode variar de acordo com o tamanho do Pórtico) Lonas e Placas para Sinalização do Evento
- e) Lateral A – 2,90m de altura x 0,90m de largura, com ilhóes nas bordas (pode variar de acordo com o tamanho do Pórtico)
- f) Lateral B – 2,90m de altura x 0,90m de largura, com ilhóes nas bordas (pode variar de acordo com o tamanho do Pórtico)
- g) Lateral C – 2,90m de altura x 0,90m de largura, com ilhóes nas bordas (pode variar de acordo com o tamanho do Pórtico)
- h) Lateral D – 2,90m de altura x 0,90m de largura, com ilhóes nas bordas (pode variar de acordo com o tamanho do Pórtico)

17.22. - Palco

- a) Tablado em piso elevado 2m x 2m revestido em carpete, elevado com 1(um) metro do chão
- b) Palco modular 08m de largura x 06m de profundidade x 1,30m de altura, com 06m de altura do piso para teto em estrutura de Q30, com cobertura;
- c) Rampa e escada de acesso com corrimão seguindo normas de segurança
- d) Estruturas em Q 30, com tamanho de 4x3m para instalação de lona em policromia alusiva ao evento com as logomarcas da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Esporte, parceiros e logomarca do evento. Com os dizeres “Eu Corri a 45ª Minimaratona 31 de Julho – 2026”
- e) Estrutura em Q 30 tamanho 6x4, com banner em policromia com nome de todos os atletas inscritos em ordem alfabética e separados com a inicial da letra que começam os nomes e com a logomarca do evento, dos parceiros, da Prefeitura e da Secretaria de Esporte. Esta estrutura com banner deverá ser instalada um dia antes da largada.

17.23. Pódio

- a) Na cor preta, com diferença de níveis e numeração para Premiação com 3 lugares pintados na cor branca. Com as logomarcas da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Esporte.
- b) Backdrop fundo de palco para premiação em estruturas em Q 30, com banner. Com as logomarcas da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Esporte, parceiros e logomarca do evento.

17.24. - Cones para isolamento das vias de acesso ao percurso de realização do evento

- a) Disponibilização de no mínimo 800 cones confeccionados em PVC, na cor laranja e faixas reflexivas, com altura mínima de 750mm.
- b) Será de responsabilidade da CONTRATADA a distribuição dos cones ao longo do percurso de realização do evento. E o recolhimento de todo este material

17.25. Taxas diversas

- a) A CONTRATADA ficará responsável pelo pagamento do PERMIT junto a Federação Goiana de

Atletismo e apresentá-lo SECRETARIA DE ESPORTE - 5 (cinco) dias antes da realização do evento.

17.26. Seguro

XI. Descrição: Seguro cobrindo os seguintes fatos:

- a) **MA (Morte Acidental)** - Pagamento de 100% do capital segurado ao beneficiário em caso de Morte Acidental do titular.
- b) **IPA (Invalidez permanente Total ou Parcial por Acidente)** - Pagamento e indenização ao próprio segurado em caso de Acidente Pessoal que ocasione Invalidez Permanente Total ou Parcial do segurado.
- c) **DMHO (Despesas Médicas e Hospitalares e Odontológicos)** - Reembolso das despesas decorrentes de tratamento sob orientação médica e odontológica em decorrência de acidente pessoal, limitado ao valor contratado;
- d) Após as inscrições a Secretaria de Esporte disponibilizara a relação de inscritos para as providencias cabíveis quanto a homologação e seguro. Conforme rege as regras da Federação de Atletismo;
- e) Será de responsabilidade da CONTRATADA a contratação de seguros para todos os atletas inscritos.
- f) A CONTRATADA deverá apresentar a SECRETARIA DE ESPORTE os comprovantes de contratação de seguro e de pagamento do mesmo 5(cinco) dias antes da realização do evento.

17.27. Número de peito

- a) Quantidade estimada de 8.000 Números, com numeração de inicial 0001
- b) A quantidade de número de peito solicitada é baseada em levantamento feito nas edições anteriores.
- c) Material: Tyvek, uma membrana permeável, um não tecido produzido por fibras contínuas extremamente finas de polietileno de alta densidade. Tem como característica uma alta resistência à rasgos e não destrutivo quando molhado (chuva, suor etc...). E ainda duas medidas de 24x21cm. Perfurações na extremidade para fixação na roupa através dos alfinetes, com logo da prefeitura, dos parceiros e do evento.
- d) Os números de PEITO - Serão divididos em 4 (quatro) cores AZUL ROYAL, ALARANJADO, BRANCO, VERDE AMAZÔNIA para realização da saída ESCALONADA (separação dos pelotões de no mínimo 50 metros). No número de peito deverá constar de forma visível se o percurso é de 5KM ou 10,5KM.
- e) - A saída ESCALONADA será de inteira responsabilidade da CONTRATADA com supervisão da SECRETARIA DE ESPORTE . A CONTRATADA deverá ter a frente de cada pelotão uma pessoa com a camiseta da cor referente ao pelotão com um balão de gás hélio com o PACE daquele pelotão, esta pessoa devera largar a frente deste pelotão e correr até a passagem do

GRID/PORTICO DE LARGADA;

- f) Os números de peito deverão ser entregues 3 (TRÊS) dias em que antecedem a corrida, sendo na quinta-feira (23/07/2025) entrega para equipe e sexta-feira (24/07/2025) e sábado(25/07/2025) para entrega de participantes avulsos das 9h00min às 17h.

17.28. Alfinetes - Total Estimado de alfinetes: 22.000 unidades

- a) Descrição: alfinetes de segurança nº 01 de aço niquelado. Peso aproximado: 2g
b) Têm por finalidade prender o número de identificação do atleta em sua vestimenta

e. CHIPS

- a) Quantidade de chips: 8.000 unidades.
b) Os chips deverão ser entregues a o fiscal/Gestor 5(CINCO) dias antes do evento, juntamente com os alfinetes e os números de peito em envelopes pardos (embalados em envelopes pardos um a um em um KIT contendo - Número de peito, CHIP, 2 alfinetes, lacrados com etiquetas com identificação do atleta: nome, data de nascimento, KM da prova, 5KM ou 10,5KM, se for de equipe, o nome da equipe)

17.29. Do Kit do Atleta:

- a) A empresa CONTRATADA DEVERA disponibilizar pessoal treinado para entrega dos Kits dos atletas que será composto 01 (uma) camiseta, 01 (um) par de meia de compressão esportiva cano alto 3/4 de corrida e deverá ser entregue para os 1000 inscritos (conforme Regulamento da corrida) nos 3 (três) dias que antecedem a prova, de 09:00 às 17:00 no Ginásio Internacional Newton de Faria – Secretaria de Esporte, juntamente com o kit do atleta, será entregue o número de peito e chip para todos os atletas.
b) Caso o número de inscritos não atinja a quantidade proposta, os KITS dos atletas restantes ficarão à disposição da Secretaria de Esporte da cidade de Anápolis.
c) Todos os atletas inscritos receberam o número de peito e chip.

17.30. Recursos Materiais

I. Confecção de 1.250 unidades de Camisetas para os inscritos (conforme Regulamento da corrida):

a. Cor: **A CONTRATADA deverá apresentar a cartela de cores e modelos para serem escolhidos**, Manga curta; Gola redonda;

b. Material:

i. Tecido Mescla 100% Poliamida

ii. Tecnologia BIOTECH controla a proliferação de bactérias causadas pelo suor e odor indesejado

iii. Tecido com grande elasticidade, alta durabilidade, maciez e bom caimento.

- iv. Incluso ainda a Logomarca da Prefeitura, da Secretaria de Esporte e dos apoiadores em sublimação total e policromia (a CONTRATADA DEVERA OBTER AS LOGOMARCAS NA SECRETARIA DE ESPORTE e do Evento frente e verso.
- v. As camisetas infantis deverão separadas por cores e conter a numeração impressa na mesma de acordo com o quadro abaixo.

c. Tamanhos das camisetas:

PP adulto Quantitativo 90	P Quantitativo 180	M Quantitativo 400	G Quantitativo 250	GG Quantitativo 80
Infantil 3 - 4 anos Quantitativo 50 Numeração de 01 a 50 Cor: Laranja	Infantil 5 -6 anos Quantitativo 50 Numeração de 51 a 100 Cor :Amarelo	Infantil 7 -8 anos Quantitativo 50 Numeração de 101 a 150 Cor: Roxo	Infantil 9 -10 anos Quantitativo 50 Numeração de 151 a 200 Cor: Verde	Infantil 11 -12 anos Quantitativo 50 Numeração de 201 a 250 Cor: Azul

1. A CONTRATADA deverá se basear nos tamanhos de acordo com os inscritos, após o fim das inscrições;

2 . A CONTRATADA deverá apresentar um layout e AMOSTRA das camisetas e a Secretaria de Esporte terá autonomia para recusar e opinar sobre a arte das camisetas.

II. Confecção de 300 camisetas para a organização do evento (servidores da SECRETARIA DE ESPORTE) OS STAFFS DA EMPRESA CONTRATADA DEVERÃO SER UNIFORMIZADOS PELA MESMA E COM CRACHÁ;

a) Cor: A CONTRATADA deverá apresentar a cartela de cores e modelos para escolha da Contratante (Estas camisetas serão utilizadas pelos servidores da PREFEITURA e deverão ser entregues com 5 dias de antecedência da prova; Manga curta; Gola redonda; Material: TermoDry;

b) Sua construção permite que a transpiração passe para fora do tecido mais rápido, o que garante conforto térmico e mantém o corpo seco.

c) Retarda a exaustão - Visual opaco; Dispersão do calor; Toque especialmente frio; Ação anti-bactericida; Proteção a raios UV;

d) Incluso ainda a Logomarca da Prefeitura, da Secretaria de Esporte em sublimação total e policromia (a CONTRATADA DEVERA OBTER AS LOGOMARCAS NA SECRETARIA DE ESPORTE frente e verso.

e) Tamanhos das 300 camisetas:

P adulto Quantitativo 30	M adulto Quantitativo 135	G adulto Quantitativo 80	GG adulto Quantitativo 30	XGG Adulto 25
---	--	---	--	--

1. A empresa CONTRATADA deverá entregar estas 300 camisetas com 5 dias de antecedência do evento.
2. Único: A empresa vencedora do certame deverá apresentar um layout e AMOSTRA das camisetas e a Secretaria de Esporte terá autonomia para recusar e opinar sobre a arte das camisetas.

17.30.1. Quanto as amostras, no que se refere os itens 15.30;15.32 e 15.33: deverão apresentar 05 dias após a assinatura do contrato, no Ginásio Internacional Newton de Faria, apenas para verificar se esta em concordancia com o descrito no edital. Responsavel: fiscal/Gestor do contrato.

III. Confecção de 8.000 medalhas retangulares, medindo no mínimo 7,5 cm de largura por 5,10 cm de altura, 80mm de espessura, fundida com peso mínimo de 75 gramas em zamac, em baixo e alto relevo com acabamento banho eletrolítico nas cores, ouro, prata, cobre e prata velho.

FRENTE: com as bordas com largura de 4mm, e as partes de baixo relevo terão no mínimo 2,5mm e as partes de alto relevo no mínimo 3,0mm.

Logomarca do evento com impressão digital e acabamento em resina.

No verso, brasão da Prefeitura em alto relevo e fundo com textura granulada, sem pintura.

Passador tipo horizontal, monobloco com abertura com largura de 3cm.

Fita em sublimação em policromia com acabamento nas laterais, medindo 3 cm de largura e 80cm de comprimento. A fita deverá vir já passada na medalha e colada, pronta para ser entregue ao atleta.

IV. Confecção de 180 troféus conforme as descrições abaixo:

i. Especificações Técnicas :

- Corpo do Troféu:

Material acrílico cristal de alta transparência

- Espessura: 8 a 10 mm

- Acabamento: Corte a laser com bordas polidas Impressão: UV digital colorida (alta definição)

- Elementos gráficos: Logo do evento silhuetas de atletas, bandeira oficial de Anápolis, tipografia em azul e dourado

- Base Material: Madeira maciça ou MDF premium revestido

- Cor: Amadeirado escuro

- Acabamento: Verniz fosco ou semi-brilho

- Fixação: Encaixe e colagem estrutural do acrílico

ii. Dimensões Aproximadas

Altura: 30 cm

Largura: 20 cm

Base: 18 x 6 x 4 cm

iii. Identidade Visual:

- Identificação frontal: “5 KM” ou “10 KM”
- Design mais clean, mantendo identidade visual
- Plaquetas de premiação, conforme regulamento.
- Localização: fixadas na parte frontal da base de madeira
- Tipo Material: Metal escovado (dourado ou prata) ou adesivo vinílico de alta resistência
- Gravação: Baixo relevo, laser ou impressão UV
- Conteúdo das Plaquetas (Personalização):

As plaquetas devem seguir o regulamento da prova, contendo: Colocação (ex: 1º, 2º, 3º lugar) Categoria (Geral, Faixa Etária, PCD, etc.) Modalidade (5KM ou 10KM)

iv. Quantitativo :

a) Troféus 5 KM:

- 06 un - para geral masc e feminino
- 39 un - para categorias (13 faixas) masculino
- 39 un - para categorias (13 faixas) feminino
- 09 un - para pcd's masculino
- 09 un = para pcd's feminino

b) Troféus 10 KM:

- 06 un - campeões no geral masculino e feminino
- 33 un - para faixas no masculino
- 33 un - para faixas no feminino
- 03 un - anapolinos no masculino
- 03 un - anapolinas no feminino.

Total: 180 unidades

17.31. Lanches

- a) Será de responsabilidade da CONTRATADA, servir o lanche as FORÇAS PROTETORAS – Base Aérea, GPA, Bombeiros, PM, CMTT e servidores da SECRETARIA DE ESPORTE.
- b) O lanche dos funcionários da EMPRESA CONTRATADA será de INTEIRA responsabilidade da mesma.
- c) Pão para cachorro quente com 1 fatia de presunto e 1 fatia de mussarela, passar requeijão cremoso.

a. Quantidade: 220

d) Suco caixinha com canudinho 200 ml cada – sabor guaraná ou cola

a. Quantidade: 220

e) Todos os lanches deverão ser embalados, separadamente, com plástico transparente. Junto com cada lanche deverá conter um guardanapo. Serão distribuídos para as Forças Protetoras em serviço, sendo 1 (um) kit- sanduíche/suco (Sanduíche acima citado), acompanhado pelo suco para cada um das Forças Protetoras envolvidos na execução do evento. O lanche deverá vir com a data de validade.

f) Obs.: A EMPRESA CONTRATADA devesse disponibilizar RECURSOS HUMANOS para fazer a entrega do lanche as Forças Protetoras com (2) duas horas de antecedência do evento, em local designado pela Secretaria de Esporte.

17.32. 1000 pares de meias para inscritos que forem sorteados (conforme Regulamento da corrida):

a) A CONTRATADA deverá apresentar a amostra da Meia ANTES DA FABRICAÇÃO;

b) Descrição:

Meia De Compressão Esportiva Cano Alto 3/4 Corrida

COMPOSIÇÃO DO TECIDO

Material principal: **Poliéster**

Composição: 95% Poliamida | 5% Elastano

CONTEÚDO DA EMBALAGEM

1 par de meia – unixex

Especificações Técnicas:

- Cores: Preto, Branco e Azul
- Tamanho disponível: 36 ao 41 tamanho único.
- Compressão: Média, 20-30 mmHg.
- Modelo: Cano 3/4 (abaixo do joelho).
- Conteúdo da embalagem: 1 par

Cor: Tonalidade Branco preto ou azul

c) Deverá conter a arte do evento e os logos da prefeitura. Retirar a logomarca na Secretaria de Esporte)

17.33. Mesas brancas: 40 mesas plásticas, medindo aproximadamente 0,90 X 0,90 m com forro azul royal

17.34. Cadeiras brancas: 20 cadeiras plásticas – Capacidade 140 quilos – Cadeira Largura: 43cm Comprimento: 42 cm Altura: 87 cm

17.35. TOTEM FOTOGRÁFICO - com smart tv de no mínimo 40” para visualização e contagem regressiva, com impressão foto-térmica instantânea e ilimitada de fotos, tamanho 10x15cm, na horizontal, em papel fotográfico com margens/moldura personalizadas com a logomarca do evento “45ª Minimaratona 31 de Julho – 2026”. Com promotor/profissional qualificado para manusear o equipamento. Horário: 7h as 12h no dia 26/07/2026.

17.36. Premiações

V. Premiação em dinheiro

- a) A CONTRATADA DEVERÁ OBSERVAR NO TERMO E ACRESCENTAR OS VALORES AS PREMIAÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA TANTO NOS 5KM QUANTO NOS 10,5 KM.

Tabela 10,5 KM

10, 5 km	2	R\$ 1.500,00	22	R\$ 200,00	2	R\$ 350,00	
	2	R\$ 1.100,00	22	R\$ 120,00	2	R\$ 250,00	
	2	R\$ 900,00	22	R\$ 90,00	2	R\$ 150,00	
		R\$ 7.000,00	-	R\$ 9.020,00	-	R\$ 1.500,00	R\$ 17.520,00

Tabela 5 KM

5 km	Qnt.	Geral	Qnt.	Faixa	Qnt.	Anapolino	Total
	2	R\$ 600,00	28	R\$100,00	2	R\$ 250,00	
	2	R\$ 450,00	28	R\$ 80,00	2	R\$ 150,00	
	2	R\$ 350,00	28	R\$ 70,00	2	R\$ 100,00	
		R\$ 2.800,00	-	R\$ 7.000,00	-	R\$ 1.000,00	R\$ 10.800,00

Tabela Kids

Kids	Qnt.	Faixa	Total
	2	R\$ 300,00	
	2	R\$ 300,00	
	2	R\$ 300,00	
	2	R\$ 300,00	
	2	R\$ 300,00	
		R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00

b) Resumo Geral:

Categoria	Valor Total
10,5 KM	R\$ 17.520,00
5 KM	R\$ 10.800,00
Kids	R\$ 3.000,00
Valor Total	R\$ 31.320,00

17.37. PREMIAÇÃO EXTRA

- a) A CONTRATADA deverá EFETUAR as inscrições para os 12 atletas que irão participar da São Silvestre, na cidade de São Paulo - SP, as inscrições deverão ser entregues aos atletas em ato solene, marcado posteriormente pela Secretária de Esporte.
- b) A contratada deverá disponibilizar uma pessoa ir a SP/SÃO SILVESTRE para tirar fotos e fazer vídeos dos atletas em São Paulo no dia da prova, fazer fotos de todos os atletas em sua chegada, antes e depois da prova no local do evento. Durante o evento deverá fazer *live* (vídeos em tempo real) para que possam ser passados nas redes sociais da Prefeitura e ou Secretária de Esportes. Estas fotos deverão compor o Mídia Kit.
- c) A CONTRATADA deverá fornecer 26 passagens aérea e 2 (duas) diárias/hospedagem para 12 atletas e um treinador EM HOTEL 3 ESTRELAS com quarto triplo com café da manhã, almoço e jantar próximo da largada do evento 101ª SÃO SILVESTRE 2026 e inscrição para os seguintes colocados da 45ª Mini maratona 31 de julho:
- a. - 3 PRIMEIROS (CATEGORIA ANAPOLINOS) FEMININOS da PROVA DE 5KM
 - b. - 3 PRIMEIROS (CATEGORIA ANAPOLINOS) MASCULINOS DA PROVA DE 5KM
 - c. - 3 PRIMEIROS (CATEGORIA ANAPOLINOS) FEMININOS DA PROVA DE 10,5KM d
 - . - 3 PRIMEIROS (CATEGORIA ANAPOLINOS) MASCULINOS DA PROVA DE 10,5KM
- d) O itinerário será:
- a. Translado de Anápolis – Goiânia - Anápolis para 12 atletas e treinador.
- e) Passagem aérea:
- a. Goiânia - São Paulo – Goiânia;
- f) Deverá incluir translado do aeroporto - Hotel
- g) Hotel - aeroporto
- a. Traslado do hotel ao local da prova
 - b. Traslado do local da prova para o hotel
- h) Os atletas deverão chegar em São Paulo pela manhã, um dia antes da corrida, para que os mesmos possam fazer o reconhecimento do local da corrida e retirar seus materiais de prova. E deverão retornar para Anápolis, à noite, após a corrida.

i) Volta: 31/12/2026

j) Data da corrida de São Silvestre 31/12/ 2026

Quadro resumo:

Quantidade	Item
12	Inscrição da 101ª São Silvestre
13	Passagem aérea de Goiânia - São Paulo - Goiânia
26	Diárias/hospedagem (sábado e domingo) EM HOTEL 3 ESTRELAS com quarto triplo com café da manhã, almoço e jantar próximo da largada do evento (Observar que as atletas fiquem com as atletas e os atletas fiquem os atletas) Não misturar os dois NAIPES.
01	Translado de Anápolis para o aeroporto de Goiânia
01	Translado do aeroporto de São Paulo para o Hotel
01	Translado do Hotel de São Paulo para o aeroporto
01	Translado do aeroporto de Goiânia para a cidade de Anápolis
01	Translado do Hotel de São Paulo para o local da prova
01	Translado da prova ao hotel em de São Paulo.

17.38. A CONTRATADA, EXCLUSIVAMENTE para esta premiação, deverá imprimir (SEIS) passagens decorativas em tamanho 1 mt por 0.50 com as logomarcas da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Esporte e do evento para serem entregues no pódio.

17.39. A CONTRATADA deverá confeccionar 13 kits contendo (blusão de manga comprida com punho largo com zíper na frente e cola alta, com calça com bolsos e elástico duplo confortável na cintura, camiseta gola careca manga curta, short de corrida, camiseta regata de corrida, este KIT deverá vir em uma bolsa G de mão com zíper, bolsos laterais com zíper, alça de mão reforçada e alça ajustável reforçada de ombro) a CONTRATADA deverá apresentar os modelos e cores e o material para confecção para aprovação da Secretaria de Esporte. A CONTRATADA deverá empacotar cada peça separadamente em plástico transparente, os mesmos deverão ser entregues aos atletas com 1 mês de antecedência da viagem em ato solene)

17.40. A CONTRATADA logo após o termino da prova (26/07/2026) e das premiações, deverá reunir com os atletas anapolinos e organizar os tamanhos dos agasalhos e um grupo de WhatsApp para mantê-los informados do andamento de todas as questões relativas a viagem e inscrições.

17.41. SERA DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA a execução dos seguintes serviços: pagamento imediatamente após os resultados e a premiação do atleta no pódio, sendo que os respectivos valores deverão ser pagos mediante ao resultado oficial entregue ao responsável pelo pagamento. O VALOR DA PREMIAÇÃO NÃO PODE SOFRER DEDUÇÃO FISCAL, NEM QUALQUER TIPO DE ALTERAÇÃO. Deverá estar em envelope lacrado e com papel timbrado da empresa ganhadora do CERTAME em espécie.

17.42. A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal capacitado para pagamento dos atletas que por

ventura não subiram ao pódio no dia. O local para o pagamento será na SECRETARIA DE ESPORTE e será acompanhado pelo fiscal do contrato. O atleta conforme regulamento terá 24 horas para retirar o seu prêmio e sua medalha ou troféu, após este prazo o mesmo perderá o direito. E a CONTRATADA deverá depositar o dinheiro restante em uma conta da Prefeitura Municipal disponibilizada pela Secretaria de Esporte. O comprovante deverá ser anexado junto ao processo para pagamento bem como o relatório final de avaliação do evento.

18. Valor de referências detalhados

ITEM	Codico CATSERV / CATMAT	QTDE.	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	Valor unitario estimado	Valor total estimado
1	12807	1	Coordenador Geral	Serviço	R\$ 14.411,77	R\$ 14.411,77
2	21172	1	Coordenador de Arbitragem de Atletismo	SV	R\$ 6.696,93	R\$ 6.696,93
3	21172	8	Árbitros	Sv	R\$ 749,47	R\$ 5.995,76
4	12807	1	Staff's - o necessário para a execução do evento (início - meio - fim do mesmo)	Sv	R\$ 305,00	R\$ 305,00
5	13156	1	Locutor	Sv	R\$ 2.518,36	R\$ 2.518,36
6	12556	1	Técnico de som	Sv	R\$ 532,30	R\$ 532,30
7	13099	1	DJ para animar o evento	Sv	R\$ 2.252,83	R\$ 2.252,83
8	23194	1	Eletricista	Sv	R\$ 217,05	R\$ 217,05
9	15019	6	Seguranças	Sv	R\$ 409,00	R\$ 2.454,00
10	12807	1	Responsável estrutura	sv	R\$ 4.266,67	R\$ 4.266,67
11	12807	1	Responsável percurso	sv	R\$ 3.299,88	R\$ 3.299,88
12	10440	1	Responsável Marketing	sv	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00
13	12807	1	Responsável Arena	sv	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00
14	12807	1	Responsável pela equipe de entrega do CHIP, N° peito, KIT, KIT pós e premiação	sv	R\$ 2.839,26	R\$ 2.839,26
15	21172	1	Responsável cronometragem	sv	R\$ 3.471,88	R\$ 3.471,88
16	13099	1	Banda de música com no mínimo 4 horas de show (Rock nacional e internacional entre outros)	sv	R\$ 11.095,00	R\$ 11.095,00
17	233805	1250	Camisetas Manga curta; Gola redonda; Material: TermoDry;	unid.	R\$ 69,75	R\$ 87.187,50
18	16875	1550	Impressão logomarca policromia	Sv	R\$ 11,00	R\$ 17.050,00
19	233805	300	Camisetas Manga curta; Gola redonda; Material: TermoDry;	unid.	R\$ 74,95	R\$ 22.485,00
20	477636	8000	Número de peito Tyvek, uma membrana permeável, um não tecido produzido por fibras contínuas extremamente finas de polietileno de alta densidade. Duas medidas de 24x21cm. Perfurações na extremidade para fixação na roupa através dos alfinetes	Und	R\$ 4,15	R\$ 33.200,00
21	229384	220	Alfinetes de segurança com cauda nº 01 de aço niquelado. Peso aproximado: 2g	Cx	R\$ 12,82	R\$ 2.820,40
22	233364	20	rolo de papel higiênico folha dupla 60m	unid.	R\$ 7,02	R\$ 140,40
23	3405	240	Barras de gelo	Kg	R\$ 21,53	R\$ 5.167,20
24	150322	2	buzina de ar	unid.	R\$ 86,53	R\$ 173,06
25	298531	1000	Saco plástico transparente 30x30	unid.	R\$ 1,44	R\$ 1.440,00
26	445733	30	abraçadeiras plástico 4,8x250mm 100 unid.	pct	R\$ 30,73	R\$ 921,90

27	150636	20	cadeiras plásticas – Capacidade 140 quilos – Cadeira Largura: 43cm Comprimento: 42 cm Altura: 87 cm	Loc	R\$ 18,30	R\$ 366,00
28	229394	40	Saco de Lixo de 200Lt	Unid	R\$ 20,00	R\$ 800,00
29	150590	40	Mesas plásticas, medindo aproximadamente 0,90 X 0,90 m com forro azul royal	Loc	R\$ 8,20	R\$ 328,00
30	20060	2	mão de obra para colocar as frutas e barrinha de cereal no saquinho distribuídos ao fim da corrida	serviço	R\$ 274,98	R\$ 549,96
31	463972	220	lanche completo (sanduiche com pão de cachorro quente + mussarela + presunto + requeijão + embalagem incluso a montagem do lanche)	uni	R\$ 5,00	R\$ 1.100,00
32	464381	850	Banana prata	kg	R\$ 13,32	R\$ 11.322,00
33	464377	1200	Maçã	KG	R\$ 18,36	R\$ 22.032,00
34	459015	8000	Barra de cereal individual de 20g morango e frutas vermelhas	Unid.	R\$ 2,37	R\$ 18.960,00
35	389090	8000	Sacos descartável com zip Lock 25cm x 20cm	Unid.	R\$ 14,66	R\$ 117.280,00
36	445995	220	Refrigerantes 250 ml	Unid.	R\$ 5,70	R\$ 1.254,00
37	21172	8000	Chips (um dispositivo eletrônico de cronometragem, geralmente baseado na tecnologia RFID, identificação por Radiofrequência,UHF passivo, utilizado para medir com precisão o tempo de atletas em eventos esportivos. Ele registra automaticamente o momento exato em que o corredor passa pelos tapetes de leitura instalados na largada, chegada e pontos intermediários do percurso)	Unid.	R\$ 5,89	R\$ 47.120,00
38	13056	500	Gradil nas dimensões Diâmetro Base: 33 cm Altura: 96 cm Diâmetro tubo: 60 mm Fita: 200 cm x 5 cm Peso: ~10 kg	mts	R\$ 28,56	R\$ 14.280,00
39	150270	40	Tambores de lixo de 200 l	Loc	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00
40	13056	2	Tendas brancas, novas, modelo chapéu de bruxa 3x3	Loc	R\$ 392,20	R\$ 784,40
41	13056	5	Tendas brancas, novas, modelo chapéu de bruxa 4x4	Loc	R\$ 541,90	R\$ 2.709,50
42	13056	2	Pórtico GRID de Largada/chegada com estrutura mínima de: 06m de largura x 04m de altura (transversal entre as colunas laterais 4 a 6 metros de acordo com a necessidade do evento, por onde passam os atletas), em estrutura de Q30. Sendo 02 laterais com 01m de largura cada e a testeira com 01m de altura x 06m de largura.	Loc	R\$ 2.632,67	R\$ 5.265,34
43	13056	2	tenda branca, nova, modelo chapéu de bruxa, 10x10	Loc	R\$ 768,50	R\$ 1.537,00
44	21172	1	cronometro de largada progressivo digital dupla face com informação de hora, minutos e segundo	Loc	R\$ 207,80	R\$ 207,80
45	21172	4	Tapetes 6mts Antenas Laterais e Antenas de Solo	loc	R\$ 1.225,00	R\$ 4.900,00
46	13056	1	Palco modular 08m de largura x 06m de profundidade x 1,30m de altura, com 06m de altura do piso para teto em estrutura de Q30, com cobertura	Loc	R\$ 4.666,67	R\$ 4.666,67

47	13056	1	Backdrop fundo de palco para premiação em estruturas em Q 30, com banner	Loc	R\$ 1.761,33	R\$ 1.761,33
48	13056	1	Pódio na cor preta, com diferença de níveis e numeração para Premiação com 3 lugares pintados na cor branca. Com as logomarcas da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Esporte.	Loc	R\$ 621,67	R\$ 621,67
49	21172	4	Antenas laterais e solo dos tapetes de acordo com o Termo	Sv	R\$ 1.550,00	R\$ 6.200,00
50	21172	1	Leitores para largada e chegada de no mínimo 6mts	Sv	R\$ 1.950,00	R\$ 1.950,00
51	13056	1	Instalação e retirada de 180 M² com 7 mts de largura de Carpete de funil na cor azul royal	Sv	R\$ 14.750,00	R\$ 14.750,00
52	239889	800	cones confeccionados em PVC, na cor laranja e faixas reflexivas, com altura mínima de 750mm.	Loc	R\$ 8,20	R\$ 6.560,00
53	12556	1	Sistema de sonorização profissional completo que comporte uma banda de músicas que tocarão por 4 horas para área externa com PA de 08 canais ou equivalente, com 02 microfones sem fio de longo alcance, DJ com todos os equipamentos necessários e repertório de músicas para atividade física. Deverão ser instaladas 02 caixas de som no pórtico de largada + 4 caixas serão instaladas no palco. Cabeamento e instalações elétricas por conta do fornecedor.	Loc	R\$ 2.126,83	R\$ 2.126,83
54	12807	1	mão de obra das tinas, bem como a montagem e desmontagem de toda a estrutura para os postos de hidratação no local da largada e chegada e também ao longo do percurso nos postos de hidratação.	sv	R\$ 315,00	R\$ 315,00
55	203330	1	Homologação da Federação de Atletismo	Sv	R\$ 5.750,00	R\$ 5.750,00
56	9061	8000	Seguro Atleta	Sv	R\$ 2,50	R\$ 20.000,00
57	23108	1	ECAD e demais taxas	sv	R\$ 14.675,00	R\$ 14.675,00
58	12190	12	Inscrições 101° São Silvestre	sv	R\$ 725,00	R\$ 8.700,00
59	3719	13	Passagem aérea Gyn/SP/Gyn	unid.	R\$ 2.881,69	R\$ 37.461,97
60	9946	26	Diárias (12 atletas e 1 membro da comissão técnica (2 diárias para cada) Hotel 3 estrelas com pensão completa	sv	R\$ 399,67	R\$ 10.391,42
61	150210	13	Agasalhos completos (Blusão com zíper na frente, calça com bolsos, short de corrida, camiseta gola redonda e camiseta regata) todo material deverá vir em uma bolsa de viagem com zíper e alça regulável tamanho G. Todo material deverá ter a logomarca da Prefeitura e da Secretaria de Esporte.	SV	R\$ 810,00	R\$ 10.530,00
62	25089	1	Traslado Anápolis / Goiânia / Anápolis	sv	R\$ 4.625,00	R\$ 4.625,00
63	25089	1	Traslado Aeroporto / Hotel / Aeroporto	sv	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00
64	25089	1	Traslado hotel/local da prova/local da prova/hotel	sv	R\$ 4.080,00	R\$ 4.080,00
65	27090	1	Elaboração e Execução do Site	Sv	R\$ 5.655,77	R\$ 5.655,77
66	26150	1	Serviço de envio de resultados via SMS para os atletas inscritos	Sv	R\$ 2.991,50	R\$ 2.991,50

67	339882	1	Placas de indicação de KM de acordo com o termo (2 de cada) e de hidratação - conforme item 4.1.1.3.21	Sv	R\$ 5.200,00	R\$ 5.200,00
68	16926	1	Elaboração de arte do evento	Sv	R\$ 2.345,00	R\$ 2.345,00
69	302468	14	Windflags	Unid.	R\$ 312,49	R\$ 4.374,86
70	458537	1000	Meia Esportiva	UNIDADE	R\$ 57,04	R\$ 57.040,00
71	223910	8000	Medalhas personalizadas confeccionadas em Zamak, 80mm, com relevos e fita de cetim sublimada, com 7,5 cm de largura e 5,10 de altura	UNIDADE	R\$ 15,03	R\$ 120.240,00
72	225434	180	Troféus em mdf e resina	UNIDADE	R\$ 108,33	R\$ 19.499,40
73	13499	1	Serviço de filmagem e cobertura fotográfica com drone	Locação	R\$ 4.416,33	R\$ 4.416,33
74	302515	1	Faixa de chegada confeccionada em lona, nas medidas 360 cm x 30 cm com logomarca da Prefeitura/Secretaria de Esporte.	Sv	R\$ 271,33	R\$ 271,33
75	302515	2	Lona testeira – 5,90m de largura x 0,90m de altura, com ilhóes nas bordas	UNIDADE	R\$ 698,33	R\$ 1.396,66
76	302515	4	Lonas laterais para medindo 2,90m de altura x 0,90m de largura, com ilhóes nas bordas	UNIDADE	R\$ 201,78	R\$ 807,12
77	302515	10	Faixas de trânsito com impressão digital	Sv	R\$ 248,08	R\$ 2.480,80
78	13499	20	Banners para Gradis 2x1 mts com a logomarca da prefeitura	UNIDADE	R\$ 156,47	R\$ 3.129,40
79	150778	8	Rádios Comunicadores	Loc	R\$ 99,27	R\$ 794,16
80	13072	1	Totem Fotográfico	Serviço	R\$ 2.035,00	R\$ 2.035,00
81	13056	1	Stand para entrega do material de prova	Serviço	R\$ 3.321,50	R\$ 3.321,50
82	13056	1	balcão padrão de feira com testeira 10 mts lineares	Serviço	R\$ 909,44	R\$ 909,44
83	302515	4	Banner de localização medindo 1,2 X 0,9 mts	UNIDADE	R\$ 49,80	R\$ 199,20
84	150252	1	Manequim para exposição do Kit	UNIDADE	R\$ 333,69	R\$ 333,69
85	150913	16	Organizador de fila	Locação	R\$ 37,48	R\$ 599,68
86	16875	6	Impressão de passagens decorativas 1 x 0,50 mts com logomarca da prefeitura	UNIDADE	R\$ 286,67	R\$ 1.720,02
87	12807	1	Montagem e desmontagem do evento	Serviço	R\$ 4.725,00	R\$ 4.725,00
88	25124	1	Frete do material do evento	Serviço	R\$ 3.914,33	R\$ 3.914,33
89	339481	8000	Envelope para chips	UNIDADE	R\$ 5,29	R\$ 42.320,00
90	339481	100	Envelopes para premiação	UNIDADE	R\$ 4,26	R\$ 426,00
91	8729	1	Limpeza durante e após o evento	Serviço	R\$ 2.709,89	R\$ 2.709,89
92	25089	4	Moto com motoqueiro (batedor)	Sv	R\$ 850,00	R\$ 3.400,00
93	13056	20	Locação de tinas com pés	Locação	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
					Valor Total Estimado:	R\$ 952.359,12

19. Das Inscrições:

19.1. TODAS as inscrições serão realizadas com a doação de (2) kg de alimento não perecível, que serão entregues na retirada do material de prova. Será adquirido pela CONTRATADA um HOTSITE onde as inscrições e informações serão disponibilizadas.

20. Premiações entre outros

1. A premiação referente ao item 6 deverá ser organizada em envelopes lacrados e com a

identificação/logomarca da empresa ganhadora do certame, logomarca da Prefeitura de Anápolis e da Secretaria de Esporte com as devidas identificações, para melhor manuseio e agilidade no processo de entrega de premiação, este subitem deverá ser apresentado ao fiscal/Gestor para efeito de fiscalização, no dia da execução da corrida com uma hora de antecedência. O pagamento será realizado pela empresa vencedora do certame, com o acompanhamento de um representante da Secretaria de Esporte.

2. A Secretaria de Esporte disponibilizara medalhas e troféus, ficando a cargo da empresa vencedora do certame a entrega no pódio de acordo com o regulamento do evento.
3. Caso haja entrega errada no pódio a empresa CONTRATADA deverá tomar as providências imediatamente (refazendo o pódio e entregando da maneira correta), e sanar todas as dúvidas do atleta.
4. A Secretaria de Esporte terá autonomia para dar opinião e recusar qualquer ato que contraria aos critérios adotados neste termo.
5. Quanto a entrega do kits composto com camiseta e meias de compressão, serão entregues somente aos 1000 inscritos que forem sorteados (conforme Regulamento da corrida) definidos pela ordem de inscrições. Chip e número de peito com alfinete serão para todos os atletas regularmente inscritos até o termino do prazo de inscrições. Os KITS restantes deverão ser contados, separados por tamanho, lacrados em sacos separados por tamanho e entregue para SECRETARIA DE ESPORTE, para posterior entrega aos atletas que por ventura não retiraram seus kits no dia previsto, conforme regulamento.

21. Condições de Pagamento

21.1. Os pagamentos serão realizados em prazo não superior a 10 (dez) dias para liquidação e 20 (vinte) dias para pagamento, contados da data da emissão da nota fiscal, referente ao adimplemento das obrigações assumidas, com verbas oriundas do TESOIRO MUNICIPAL, mediante a apresentação de documentos hábeis para a cobrança e após a liberação da despesa pela Controladoria do Geral do Município de Anápolis.

21.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

21.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

21.4. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

21.5. A presente contratação não permite antecipação de pagamento, conforme art. 145 caput, da Lei nº 14.133/2021.

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

22.1. A AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

22.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

22.2. Quanto ao prazo de recebimento:

22.2.1. Após a assinatura do contrato a empresa contratada iniciará as reuniões para a preparação e execução do evento proposto)

22.2.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo fiscal/Gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado.

22.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

22.2.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do recebimento provisório, por fiscal/Gestor designada pela autoridade competente, após a verificação da quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

22.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

22.2.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

22.2.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

22.2.8. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

22.2.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

22.2.10. Em caso de irregularidade fiscal da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

22.2.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante

deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.2.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa

22.2.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

23. Controle e fiscalização da execução

21.1. A prestação de serviço será de organização, execução, acompanhamento, apoio logístico, premiação, fornecimento de infraestrutura, de artigos de eventos e de mão de obra para a realização de 45ª Mini Maratona 31 de Julho, além do pagamento de todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social e tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato.

21.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas vigentes e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

21.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme §5º do art. 115, da Lei nº 14.133/2021.

21.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, caput, da mesma lei.

21.5. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal do contrato dará ciência à Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

21.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

21.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

21.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei civil.

21.9. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, conforme art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

- 21.10. A Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste termo de referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial da Contratada.
- 21.11. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, a fim de apurar a responsabilidade da Contratada e eventualmente aplicar sanções.
- 21.12. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.13. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante, segundo o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.14. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, transporte e demais despesas devidas em relação à execução do contrato, de acordo com o art. 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.15. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato segundo §1º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.16. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 21.17. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

24. Das Infrações e sanções administrativas

- 24.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.
- 24.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:
- 24.2.1. advertência;
 - 24.2.2. multa;
 - 24.2.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 24.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 24.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 24.3.1. descumprimento, de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei quando não

se justificar aplicação de sanção mais grave; ou

24.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

24.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

24.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

24.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e

24.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

24.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

24.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.

24.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

24.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

24.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

24.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

24.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

24.11. Considera-se inexecução total do contrato:

24.11.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

24.11.2. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

24.11.2.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

24.11.2.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

24.11.2.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

24.11.2.4. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

24.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.13. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

24.13.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.13.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.13.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;

24.13.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.13.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.14. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

24.15. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.16. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

24.17. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

24.18. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

24.19. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

24.19.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

24.19.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

24.19.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

24.20. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

24.21. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.22. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

24.23. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

24.24. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

24.25. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

24.25.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

24.25.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

24.25.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

24.26. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

24.27. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

24.28. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

24.29. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

24.30. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

24.31. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

25.1. O critério de julgamento será o MENOR PREÇO GLOBAL, com adjudicação por LOTE ÚNICO, em conformidade com o Art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

25.2. DA MOTIVAÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

25.3. O critério de julgamento adotado é o de Menor Preço, conforme definido no Edital e anexos.

25.4. A escolha pelo julgamento por Menor Preço justifica-se por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no Termo de Referência, sendo o preço o fator determinante para a seleção da proposta mais vantajosa, em estrita observância ao art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

25.5. A adjudicação é tecnicamente motivada pela necessidade de garantir a unicidade da execução. A fragmentação do objeto entre diversos fornecedores dentro de um mesmo evento esportivo de massa comprometeria a logística de largada/chegada, a integridade dos dados de cronometragem e a harmonia organizacional, podendo gerar conflitos de responsabilidade e prejuízo à imagem do município e à segurança dos corredores.

25.6. Além das justificativas técnicas, ressalta-se que o dimensionamento dos quantitativos e preços guarda estrita coerência com a série histórica do evento, notadamente o Processo Administrativo nº 01126.00000050/2025-18, assegurando que a reunião de itens em lote único mantenha a economia de escala e a eficiência na gestão contratual pela Secretaria Municipal de Esporte.

26. Critérios de seleção do contratado para este certame

26.1. Este objeto será contratado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Global, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

26.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no art. 60 da Lei 14.133/2021.
DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

26.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. Habilitação Jurídica, conforme art. 66, da Lei nº 14.133/2021:

26.2.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

26.2.1.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

26.2.1.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no

Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

26.2.1.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

26.2.1.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

26.2.1.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação Técnica, conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

26.2.1.2.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

26.2.1.2.2. Comprovação de aptidão para execução do objeto licitado, mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica-Operacional fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, que comprove(m) que a Licitante tenha executado, a contento, ou esteja executando, serviços de natureza e vulto, compatíveis com o objeto ora licitado e que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação, em conformidade com este Termo de Referência.

26.2.1.2.3. O atestado exigido acima deverá comprovar a promoção de evento esportivo (CORRIDA OU CAMINHADA) para o mínimo de 2.500 pessoas.

26.2.1.2.4. A descrição dos serviços realizados deve conter dados que permitam o amplo entendimento do que foi executado pela licitante, bem como permitir a identificação da compatibilidade com o objeto desta licitação.

26.2.1.2.5. A falta desta comprovação implicará em sua desclassificação.

26.2.1.2.6. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo de 20% (vinte por cento) a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

26.2.1.2.7. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do prestador de serviço.

26.2.1.2.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi

executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

26.2.1.2.9. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) ter executado serviços de natureza e complexidade semelhantes aos do objeto, sendo as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo as seguintes:

- a) Organização logística e operacional de eventos de corrida de rua em vias públicas;
- b) Execução de cronometragem eletrônica (via chip) com processamento de resultados em tempo real;
- c) Gestão de infraestrutura de grande porte (montagem de arenas, isolamento de percurso e sistemas de segurança);
- d) Gestão de segurança e atendimento médico de emergência para eventos de massa.

26.2.1.2.10. Justificativa para exigência de qualificação técnica:

A exigência de qualificação técnica fundamenta-se na complexidade e nos riscos inerentes à realização da 45ª Mini Maratona 31 de Julho. A definição das parcelas de maior relevância e dos quantitativos mínimos (2.500 pessoas) justifica-se pelos seguintes pontos:

Segurança e Integridade Física: Uma corrida com estimativa de 8.000 participantes exige expertise técnica comprovada para evitar incidentes graves. O registro no CREF (Conselho Regional de Educação Física), conforme a Lei Federal nº 9.696/98 e Resolução CONFEF nº 477/23, é indispensável, pois garante que as atividades esportivas sejam coordenadas por profissionais habilitados, mitigando riscos à saúde dos atletas.

Complexidade Logística: O evento ocorre em vias públicas, exigindo sincronia entre fechamento de ruas, hidratação, sinalização e cronometragem. A exigência de atestado para o mínimo de 2.500 pessoas (cerca de 31% do público total previsto) é razoável e necessária para assegurar que a empresa possui "know-how" em eventos de massa, sem restringir indevidamente a competitividade, seguindo o entendimento do TCU de que a exigência deve ser proporcional ao objeto.

Precisão dos Resultados: A cronometragem é o cerne da competição. A falha nesse item inviabiliza a premiação em dinheiro (que soma mais de R\$ 30 mil) e gera prejuízos ao erário e à imagem do Município. Portanto, a comprovação de experiência anterior em serviços de natureza semelhante é a única garantia de que a contratada domina as tecnologias necessárias.

Histórico de Execução: Conforme verificado no Processo Administrativo nº 01126.00000050/2025-18, o sucesso do evento depende diretamente da capacidade operacional da empresa em gerenciar múltiplos fornecedores de infraestrutura simultaneamente, justificando a exigência de atestados que comprovem vulto e complexidade compatíveis.

Dessa forma, as exigências contidas neste tópico não visam limitar a participação de licitantes, mas sim estabelecer critérios objetivos mínimos que assegurem a execução satisfatória do contrato, em estrita observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

3. Habilitação fiscal, social e trabalhista, conforme art. 68, da Lei nº 14.133/2021

26.2.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

26.2.1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

26.2.1.3.3. Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas federal, estadual e/ou municipal;

26.2.1.3.4. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

26.2.1.3.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

26.2.1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

26.2.1.3.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e outras normas específicas, nos termos do inc. IV, art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

26.2.1.3.8. Certidão ou declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos)

4. Qualificação Econômico-Financeira, conforme art. 69 da Lei nº 14.133/2021

1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.
5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. (Lei 14.133/2021, art. 69, §1º)

8. Justificativa para Exigência de Qualificação Econômico-Financeira:

A exigência de índices mínimos de qualificação econômico-financeira fundamenta-se na necessidade de assegurar que a empresa contratada possua solidez financeira suficiente para a execução integral do objeto, sem riscos de interrupção por insolvência, conforme os seguintes pontos:

1. **Garantia de Execução e Vulto do Objeto:** A organização da 45ª Mini Maratona envolve um investimento inicial considerável por parte da contratada (aquisição de medalhas, kits, contratação de pessoal, locação de estruturas e seguros) antes de qualquer desembolso por parte da Administração Pública. A exigência de índices como o Índice de Solvência (IS), Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1,0 (um) visa garantir que a empresa tenha capacidade de honrar seus compromissos com fornecedores e colaboradores, evitando o abandono do serviço às vésperas do evento.
2. **Mitigação de Riscos de Inexecução:** Eventos de massa como esta Maratona possuem uma janela de execução crítica e única (data fixa). Caso a empresa contratada enfrente dificuldades financeiras durante a fase de montagem, a Administração não teria tempo hábil para uma nova licitação, resultando em prejuízo irreparável ao calendário esportivo e à imagem do Município. A análise do balanço patrimonial e a exigência de Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido (geralmente limitado a 10% do valor estimado, conforme o art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021) servem como barreira de segurança para selecionar empresas com real capacidade de entrega.
3. **Proporcionalidade e Competitividade:** As exigências estabelecidas guardam estrita proporcionalidade com o valor estimado da contratação e com a complexidade técnica do evento. Tais parâmetros não buscam restringir a participação, mas sim cumprir o dever constitucional de selecionar a proposta que ofereça a maior segurança jurídica e técnica para o interesse público, evitando que empresas sem estrutura financeira utilizem o contrato público para capitalização própria, o que colocaria em risco a realização da prova.
4. **Consonância com o Mercado:** Os índices exigidos são os usualmente adotados em processos de natureza similar, como o Processo Administrativo nº 01126.00000050/2025-18, tendo se mostrado eficazes na seleção de parceiros capazes de suportar a logística de grandes eventos esportivos no município.

27. **Lei geral de proteção de dados (LGPD) – LEI Nº 13.709/2018**

27.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

27.2. A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto.

27.3. A Contratada fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Anápolis, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda,

27.4. alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

27.5. A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

27.6. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

28. Do reajuste contratual

28.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 01 (um) ano, em estrita observância ao Art. 76 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

28.2. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a concessão de eventual reajuste será contado a partir da data do orçamento estimado que deu origem à contratação, e não da data de apresentação da proposta, conforme rito estabelecido na legislação municipal vigente.

28.3. Do Índice Aplicável e da Atualização Financeira: Caso o contrato venha a ser prorrogado além dos 12 (doze) meses iniciais (se houver previsão para tal), o índice de reajuste a ser adotado será o IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro que venha a substituí-lo por determinação legal.

Parágrafo único. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, utilizando-se o mesmo índice (IPCA/IBGE), a contar da data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, nos termos do inciso V do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

28.4. O reajuste não será automático, devendo ser formalmente solicitado pela Contratada e instruído com a demonstração analítica da variação dos custos, sendo vedada a retroatividade a períodos anteriores à data do protocolo do pedido.

29. Da extinção contratual

29.1. Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa

29.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

29.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

29.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

29.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

29.6. Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

29.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

29.8. Pagamento de Indenizações e multas, se houver.

29.9. A declaração de nulidade do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

30. Da alteração subjetiva

30.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

31. Estimativas do valor da contratação

31.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 952.359,12 (Novecentos e Cinquenta e Dois Mil, Trezentos e Cinquenta e Nove Reais, Doze centavos), conforme custos unitários detalhado nos autos.

32. Da dotação orçamentária

32.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

32.1.1. Secretaria Municipal de Esporte - Unidade Orçamentária – 238 – Dotação Orçamentária: 27.812.0408.2211 – Fomento de Eventos / Atividades Esportivas, Fonte 100.000.

33. Disposições Gerais

33.1. A premiação em espécie deverá ser organizada em envelopes lacrados e com a identificação/logomarca da empresa ganhadora do certame, logomarca da Prefeitura de Anápolis e da Secretaria de Esporte com as devidas identificações, para melhor manuseio e agilidade no processo de entrega de premiação, este subitem deverá ser apresentado ao fiscal /Gestor do evento para efeito de fiscalização, no dia da execução da corrida com uma hora de antecedência. O pagamento será realizado pela empresa vencedora do certame, com o acompanhamento de um representante da Secretaria de Esporte.

33.2. A Secretaria de Esporte disponibilizara medalhas e troféus, ficando a cargo da empresa vencedora do certame a entrega no pódio de acordo com o regulamento do evento.

33.3. Caso haja entrega errada no pódio a empresa CONTRATADA deverá tomar as providências imediatamente (refazendo o pódio e entregando da maneira correta), e sanar todas as dúvidas do atleta.

33.4. A Secretaria de Esporte terá autonomia para dar opinião e recusar qualquer ato que contraria aos critérios adotados neste termo.

33.5. Quanto a entrega do kits composto com camiseta e meias de compressão', serão entregues somente aos 1000 inscritos que forem sorteados (conforme Regulamento da corrida). Chip e número de peito com alfinete serão para todos os atletas regularmente inscritos até o termino do prazo de inscrições. Os KITS

restantes deverão ser contados, separados por tamanho, lacrados em sacos separados por tamanho e entregue para SECRETARIA DE ESPORTE, para posterior entrega aos atletas que por ventura não retiraram seus kits no dia previsto, conforme regulamento.

33.6. A CONTRATADA, EXCLUSIVAMENTE para esta premiação, deverá imprimir (SEIS) passagens decorativas em tamanho 1 mt por 0.50 com as logomarcas da Prefeitura de Anápolis e Secretaria de Esporte e do evento para serem entregues no pódio.

33.7. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA a execução dos seguintes serviços: pagamento imediatamente após os resultados e a premiação do atleta no pódio, sendo que os respectivos valores deverão ser pagos mediante ao resultado oficial entregue ao responsável pelo pagamento. O VALOR DA PREMIAÇÃO NÃO PODE SOFRER DEDUÇÃO FISCAL, NEM QUALQUER TIPO DE ALTERAÇÃO. Deverá estar em envelope lacrado e com papel timbrado da empresa ganhadora do CERTAME.

33.8. A Secretaria de Esporte disponibilizará um servidor fiscal para ficar no local do pagamento para acompanhar todo processo.

33.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal capacitado para pagamento dos atletas que por ventura não subiram ao pódio no dia. O local para o pagamento será na SECRETARIA DE ESPORTE e será acompanhado pelo fiscal do contrato. O atleta conforme regulamento terá 24 horas para retirar o seu prêmio e sua medalha ou troféu, após este prazo o mesmo perderá o direito. E a CONTRATADA deverá depositar o dinheiro restante em uma conta da Prefeitura Municipal disponibilizada pela Secretaria de Esporte. O comprovante deverá ser anexado junto ao processo para pagamento bem como o relatório final de avaliação do evento.

33.10. Quanto ao prazo de vigência do contrato: com início a partir da data de publicação do contrato até 31 de dezembro do ano vigente.

34. A premiação em espécie:

34.1. Os responsáveis pelo pagamento (a CONTRATADA), deverá estar com os 100 envelopes devidamente lacrados com as premiações em espécie, identificados e etiquetados com logomarca da empresa ganhadora do certame e da Prefeitura Municipal de Anápolis e com recibos, do lado de fora dos envelopes, para melhor manuseio e agilidade no processo de pagamento das premiações em espécie. Esse processo será SUPERVISIONADO por um servidor da Secretaria de Esporte.

34.2. Os demais itens permanecem de uso total para o evento. Conforme descritos neste Termo;

34.3. Todas as informações e esclarecimentos estão neste termo e também na Diretoria de Esportes.

35. Da análise e alocação de riscos

35.1. A responsabilidade pelos riscos será distribuída entre as partes, de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a continuidade da execução do objeto, conforme os seguintes critérios:

35.2. Riscos de Responsabilidade da CONTRATADA (Risco Privado):

- I - **Atrasos na Montagem:** Inexecução ou atraso na entrega da infraestrutura (grades, tendas, som, pórtico) dentro do prazo de 24h de antecedência previsto no TR;
- II - **Falhas Tecnológicas:** Erros no sistema de cronometragem eletrônica, perda de dados dos atletas ou falha no envio de resultados por SMS;
- III - **Recursos Humanos:** Insuficiência de pessoal qualificado (staffs, coordenadores, fiscais) para a segurança e orientação do percurso;
- IV - **Sinistros com Atletas:** Danos físicos aos participantes decorrentes de falha na sinalização ou falta de assistência médica contratual, bem como a ausência de cobertura do seguro de vida obrigatório;
- V - **Logística de Premiação:** Atrasos ou erros na entrega das medalhas, troféus e na gestão do pagamento das premiações em espécie;
- VI - **Custos Operacionais:** Variações de preços de insumos ou encargos trabalhistas e previdenciários ocorridos durante a vigência do contrato.

35.3. Riscos de Responsabilidade da CONTRATANTE (Risco Público):

- I - **Atrasos no Pagamento:** Demora na liquidação das faturas que ultrapasse os prazos legais, prejudicando o fluxo de caixa da empresa;
- II - **Interrupção Administrativa:** Decisão de cancelamento do evento por motivos de conveniência administrativa ou interesse público devidamente motivado;
- III - **Alterações de Projeto:** Mudanças substanciais no percurso de 5km ou 10,5km solicitadas pela Administração após a aprovação do plano de trabalho inicial;
- IV - **Liberação de Espaços:** Falha na autorização para uso das vias públicas junto aos órgãos de trânsito competentes (CMTT), desde que tal responsabilidade não tenha sido delegada contratualmente à empresa.

35.4. Riscos de Força Maior ou Caso Fortuito (Compartilhados):

- I - **Condições Climáticas Extremas:** Tempestades ou desastres naturais que impeçam a realização da prova na data agendada (26 de julho de 2026), gerando a necessidade de adiamento;
- II - **Emergências de Saúde Pública:** Pandemias ou decretos restritivos que impeçam a aglomeração de pessoas, nos termos da legislação vigente.

35.5. Gerenciamento de Riscos: A ocorrência de qualquer risco previsto acima deverá ser comunicada imediatamente à outra parte, por escrito, acompanhada de plano de contingência para minimizar os impactos no evento.

35.6. Justificativa para a Alocação de Riscos: A presente matriz de riscos justifica-se pela necessidade de transparência e eficiência na gestão do contrato. Ao definir as responsabilidades previamente, evita-se a suspensão de serviços por dúvidas jurídicas e protege-se o erário público, garantindo que a 45ª Mini Maratona ocorra com o rigor técnico exigido pela série histórica do evento, conforme referenciado no Processo nº 01126.00000050/2025-18.

36. Da vistoria Técnica

1. Facultatividade:

1. A realização de vistoria técnica prévia aos locais de execução do objeto (ginásios e praças esportivas) é FACULTATIVA aos licitantes, uma vez que as condições de acesso, infraestrutura básica e logística dos prédios públicos municipais são de natureza comum e não apresentam complexidade técnica extraordinária que exija avaliação presencial obrigatória para a formulação da proposta.

2. Da Declaração de Pleno Conhecimento:

1. Em substituição ao Atestado de Vistoria, o licitante deverá apresentar, junto à sua documentação de habilitação, Declaração de Pleno Conhecimento das Condições da Contratação, na qual ateste que possui ciência total das peculiaridades dos locais, do cronograma dos jogos e das dificuldades logísticas inerentes ao objeto, não podendo

invocar desconhecimento para fins de pleitos de reequilíbrio econômico ou descumprimento contratual.

3. Do Direito à Vistoria:

1. Caso o licitante julgue necessário, poderá agendar a vistoria técnica junto à Secretaria Municipal de Esporte (SEMESP) em até 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão pública, correndo todas as despesas de deslocamento por sua conta e risco.

4. Justificativa da Dispensa (Art. 63, §2º da Lei 14.133/2021)

1. A dispensa da obrigatoriedade da vistoria fundamenta-se nos princípios da competitividade e economicidade, evitando a imposição de custos geográficos desnecessários aos licitantes de outras regiões. Tal medida está em estrita consonância com o Acórdão nº 1.737/2021 – Plenário do TCU, que orienta que a vistoria só deve ser exigida quando imprescindível, devendo ser prioritariamente substituída pela declaração de pleno conhecimento por parte do responsável técnico da licitante.

37. Da Gestão e fiscalização do contrato

37.1. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão realizadas em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 48.980/2023, especificamente o disposto em seus artigos 9º e 12, garantindo-se a segregação de funções e a eficiência no controle dos atos administrativos.

37.2. A Administração designará, por meio de portaria, os agentes públicos responsáveis pela fiscalização, que atuarão de forma adequada às especificidades do objeto esportivo, competindo-lhes:

I - Gestor do Contrato: A coordenação das atividades de fiscalização, bem como os atos preparatórios à instrução processual e o encaminhamento para pagamento.

II - Fiscal: O acompanhamento direto nas praças esportivas, verificando a qualidade dos materiais (bolas, redes e demais itens deste termo), a pontualidade da arbitragem e a conformidade dos serviços de saúde e segurança prestados. Além da conferência da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada durante toda a vigência do ajuste.

37.3. As atividades de fiscalização deverão ser documentadas em relatórios de ocorrências, assegurando o registro de qualquer falta técnica ou atraso que possa ensejar a aplicação das sanções previstas deste TR.

37.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

Divino Antônio da Silva
Secretário



Documento assinado eletronicamente por **DIVINO ANTONIO DA SILVA**, **Secretario(a)**, em 28/05/2026, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danillo Silveira Trombiero**, **Diretor(a)**, em 28/05/2026, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2455450** e o
código CRC **17F449DD**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 20/2026 - SEMESP/DIAF/GEAF

Em 14 de abril de 2026.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de organização técnica e operacional para a realização da 45ª Mini Maratona 31 de Julho - 2026.

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 18, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

A Secretaria Municipal de Integração/Diretoria de Esportes promove anualmente a Mini Maratona 31 de Julho, evento oficial do calendário de aniversário de Anápolis, instituído pela **Lei Municipal nº 2.149 de 1993**. A necessidade advém da magnitude do evento, que atrai mais de 10.000 participantes e exige percursos de 5 km e 10,5 km.

A complexidade operacional envolve cronometragem eletrônica, segurança de percurso, logística de premiação e gestão de inscrições sociais (arrecadação de alimentos). Atualmente, a Prefeitura não dispõe de corpo técnico especializado em cronometragem de alta performance, nem de equipamentos específicos (pórticos, chips, grades de isolamento), o que torna a contratação indispensável para garantir a segurança dos atletas e o profissionalismo exigido por órgãos federativos.

II – ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO (Art. 18, § 1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021)

A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico municipal no que tange à promoção da saúde, lazer e fomento ao esporte. A despesa está prevista no Plano Anual Orçamentário e atende à garantia constitucional de incentivo às manifestações esportivas como direito do cidadão.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, inciso III da Lei nº 14.133/2021)

Qualidade Técnica: Exigência de sistema de cronometragem via chip eletrônico descartável e software de apuração imediata.

Recursos Humanos: Equipe técnica composta por coordenadores de prova, árbitros, staffs de percurso e equipe médica (médicos e enfermeiros habilitados).

Sustentabilidade: Responsabilidade pela gestão de resíduos sólidos (garrafas de água e materiais descartáveis) gerados durante o evento.

Acessibilidade e Segurança: Fornecimento de ambulâncias (UTI e suporte básico) e seguro de vida para todos os atletas, além de categorias específicas para PCD (Pessoas com Deficiência).

IV – ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES (Art. 18, § 1º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021)

As quantidades foram definidas com base no histórico de edições anteriores e na projeção de público:

Kits Atleta: Projeção para atendimento de até 10.000 inscritos (camisetas, sacochilas, numeração).

Estrutura: Grades de contenção, banheiros químicos, sistema de som, pórticos de largada e chegada.

Premiação Extra: 12 pacotes de viagem (passagens e diárias) para a Corrida de São Silvestre.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS (Art. 18, § 1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021)

Execução Direta: Inviável. O município não possui softwares de cronometragem homologados e equipamentos de infraestrutura logística de eventos em seu patrimônio.

Contratação Unificada (Lote Único): Identificada como a melhor solução para garantir a harmonia técnica. A fragmentação dos serviços (uma empresa para cronometragem, outra para grades, outra para premiação) aumentaria o risco de falhas de sincronia, comprometendo a segurança dos corredores.

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, inciso VI da Lei nº 14.133/2021)

O valor total estimado é de R\$ 952.359,12 (Novecentos e Cinquenta e Dois Mil, Trezentos e Cinquenta e Nove Reais, Doze centavos), fundamentado em pesquisa de preços de mercado, plataformas (conforme dispõe a Lei) e orçamentos detalhados que compõem os autos do processo, englobando todos os materiais, mão de obra e encargos.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, § 1º, inciso VII da Lei nº 14.133/2021)

A solução compreende a entrega integral da maratona:

Gestão de Inscrições: Sistema online e presencial com troca por alimentos.

Infraestrutura Operacional: Montagem de arena, sonorização e sinalização de percurso.

Logística de Premiação: Entrega de medalhas de participação, troféus e premiação em dinheiro.

Segurança Jurídica: Emissão de seguros e relatórios de conformidade.

VIII – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO (Art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021)

Optou-se pelo NÃO parcelamento. A interdependência entre a infraestrutura de largada/chegada e o sistema de cronometragem exige que uma única coordenação gerencie os prazos e a montagem, evitando prejuízos à ordem técnica da competição e assegurando a responsabilidade civil única.

IX – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021)

Não há necessidade de contratações correlatas, porém há interdependência logística com a CMTT (trânsito) e Polícia Militar, que serão oficiadas para suporte ao evento, sem custos diretos para este contrato.

X – RESULTADOS PRETENDIDOS (EFETIVIDADE) (Art. 18, § 1º, inciso XI da Lei nº 14.133/2021)

- Garantia de fidedignidade total dos tempos e resultados da corrida.
- Promoção da saúde e incentivo ao esporte para a população anapolina.
- Arrecadação de toneladas de alimentos para o programa social do município.
- Certificação técnica para vistorias do Corpo de Bombeiros.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (Art. 18, § 1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021)

- Finalização e publicação do regulamento oficial da prova.
- Aprovação do percurso definitivo junto à CMTT.
- Designação formal da comissão de fiscalização do contrato pela SEMESP.

XII – IMPACTOS AMBIENTAIS E LOGÍSTICA REVERSA (Art. 18, § 1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021)

A contratada deverá realizar a limpeza completa do percurso imediatamente após a prova, garantindo o recolhimento de copos plásticos e resíduos diversos, encaminhando-os para cooperativas de reciclagem ou destino licenciado, sob pena de glosa no pagamento.

XIII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (Art. 18, § 1º, inciso XIV da Lei nº 14.133/2021)

Considerando o sucesso das edições anteriores e o valor social e cultural da prova para o aniversário da cidade, esta Secretaria declara a viabilidade técnica e orçamentária e a necessidade estratégica da contratação proposta.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Bonfim Garcia**, **Servidor Municipal**, em 15/05/2026, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2346672** e o código CRC **0C72BDB7**.

MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 01126.00000135/2026-87)

CONTRATO Nº XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E A EMPRESA _____, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DE EVENTOS ESPORTIVOS, CONTEMPLANDO: ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, APOIO LOGÍSTICO, PREMIAÇÃO, FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA, DE ARTIGOS DE EVENTOS E DE MÃO DE OBRA PARA A REALIZAÇÃO DA 45ª MINI MARATONA 31 DE JULHO, INSTITUÍDO ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.149 DE 1993, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO _____.

A Prefeitura de Anápolis-GO, por intermédio do(a) Secretaria Municipal de Administração, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis – GO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº. 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Prefeito MÁRCIO AURÉLIO CORRÊA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01126.00000135/2026-87 em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de organização técnica e operacional de eventos esportivos, contemplando: organização, execução, acompanhamento, apoio logístico, premiação, fornecimento de infraestrutura, de artigos de eventos e de mão de obra para a realização da 45ª Mini Maratona 31 de JULHO, instituído através da Lei Municipal nº 2.149 de 1993, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1O Termo de Referência;

1.3.2O Edital de Licitação;

1.3.3A Proposta do contratado;

1.3.4Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) extrato do contrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observados o disposto no art. 80, do Decreto Municipal nº 48.890/2023.

2.1.1O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme artigo 76 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

7.2. O reajuste acontecerá através da aplicação do índice IPCA/IBGE;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo/apostilamento.

7.6. O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico – financeiro, será de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços do objeto, de acordo com as determinações deste Termo de Referência e com os termos de sua proposta

8.1.2 Permitir o acesso dos empregados da empresa prestadora de serviço às suas dependências para execução dos serviços contratados, quando necessário;

8.1.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas obrigacionais contidas neste Termo de Referência e com os termos de sua proposta.

8.1.4 Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no fornecimento do objeto.

8.1.5 Promover os pagamentos no prazo e condições ajustadas.

8.1.6 Zelar para que durante toda a vigência do ajuste sejam mantidas as obrigações assumidas pela Contratada, especialmente todas as condições de habilitação e qualificação.

8.1.7 Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada.

8.1.8 Aplicar as sanções previstas legais e/ou fixadas neste Termo de Referência.

8.1.9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.10 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

- 8.1.11 Acompanhar e avaliar as atividades realizadas pela Contratada, podendo propor a substituição das referidas atividades bem com transferir a prova para outro local, quando julgar necessário.
- 8.1.12 Solicitar a substituição de qualquer profissional, se entender que o mesmo não está cumprindo as metas estipuladas ou não cumpre com as diretrizes estabelecidas. O prazo para o atendimento da substituição será de 24 horas, após notificação.
- 8.1.13 Fiscalizar se todo o efetivo da CONTRATADA está uniformizado e com crachá de identificação com a função
- 8.1.14 Fornecer o material de premiação – medalhas e troféus.
- 8.1.15 Fornecer a água que será distribuída no percurso e na chegada.
- 8.1.16 Promover o acompanhamento do presente instrumento, durante o prazo de vigência, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, de acordo com este Edital;
- 8.1.17 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 8.1.18 Indicar um servidor como seu Representante para acompanhamento do Contrato após a assinatura, bem como indicar um Gestor do Contrato, a quem competirá à fiscalização dos serviços, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento;
- 8.1.19 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 8.1.20 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. Executar o objeto no prazo assinalado no presente contrato e de acordo com o descrito neste Termo.
- 9.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da fiscalização do Contratante;
- 9.3. Manter, durante o prazo de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.4. Elaborar o Regulamento da prova, que deverá ser discutido com a Contratante e publicado no sítio eletrônico criado para o evento e onde também serão realizadas as inscrições;
- 9.5. Providenciar o transporte do pessoal e dos materiais necessários à execução dos serviços até o local de trabalho;
- 9.6. Instruir seus empregados e prepostos a se adequarem às normas disciplinares, regimentais e de segurança do Contratante sem, contudo, manter qualquer vínculo empregatício com a mesma;
- 9.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá quando em trabalho, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso, bem como substituir mediante solicitação, qualquer empregado ou preposto cuja conduta seja julgada inconveniente pela Fiscalização da Contratante.
- 9.8. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios, dentre outras, exigidas nas diversas legislações vigentes para esse tipo de evento;

- 9.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.10. Instruir seus empregados a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços;
- 9.11. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços, peças ou materiais, em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, onde seja constatada imperícia por parte da Contratada;
- 9.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados ou prepostos, diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 9.14. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- 9.15. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento deste Instrumento;
- 9.16. Não veicular nenhuma imagem, vídeo, publicidade ou qualquer outra ação acerca dos eventos sem prévia autorização;
- 9.17. Manter em dia todos os encargos e obrigações previstas na legislação social, trabalhista e previdenciária em vigor, fazendo a comprovação, a qualquer tempo, quando solicitado pelo Contratante;
- 9.18. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 9.19. No que se aplicar, arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei;
- 9.20. Levar, imediatamente, ao conhecimento da Fiscalização da Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis e comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;
- 9.21. Acatar todas as exigências do Contratante, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 9.23. Permitir ao servidor credenciado pela Contratante, fiscalizar os serviços, sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese a eventual falta de fiscalização do Contratante eximirá a Contratada

das responsabilidades decorrentes do Contrato, correndo por conta da mesma todas as despesas, em razão dos serviços de desfazer e refazer;

9.24. Garantir que a execução de todos os trabalhos será por mão de obra qualificada, devendo a contratada estar ciente, das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada serviço constante da especificação;

9.25. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

9.26. Se responsabilizar por promover/providenciar acessibilidade em todos os espaços do referido evento;

9.27. Responsabilizar-se por todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários ao perfeito funcionamento de todo o evento;

9.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar o valor correspondente aos danos sofridos;

9.29. A empresa deverá estar com os equipamentos, testados e em pleno funcionamento até 02 (duas) horas antes do início do evento. E deverão ser recolhidos ao final do evento, sem ônus adicional para a Administração;

9.30. Apresentar um relatório após o evento finalizado, apontando de forma geral, como foi o desenvolvimento/desempenho do evento, bem como, os comprovantes de depósitos, caso houver, da premiação em dinheiro em que não houve retirada e/ou categorias que não houver inscritos;

9.31. Arcar com todas as despesas decorrentes de taxas e tarifas bancárias, bem como encargos/impostos e outras despesas;

9.32. Disponibilizar endereço, número de telefone e pessoal para efetuar pagamento aos atletas que não receberam a sua premiação da prova, conforme regulamento o mesmo terá 72 (setenta e duas) horas para efetuá-la;

9.33. Depositar em conta corrente da Prefeitura, com dados fornecidos pela Secretaria de Esporte, as premiações que não foram retiradas, no prazo de 24 horas após encerrado o prazo do pagamento;

9.34. Fornecer E.P.I's e alimentação à sua equipe de trabalho, caso necessite;

9.35. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, com sede no município de Anápolis, caso seja necessário.

9.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.37. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.38. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.39. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados;

9.40. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as à Contratante para ateste e pagamento.

- 9.41. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.42. Comunicar ao(s) fiscal(is) do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.43. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.44. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.45. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.46. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.47. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.49. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, no âmbito da Prefeitura de Anápolis, sem a sua prévia autorização.
- 9.50. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, na quantidade, qualidade e tecnologia especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização da Contratante;
- 9.51. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.52. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.53. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.54. Aceitar os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, atualizado, nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.55. Responsabilizar-se pela contratação de profissionais qualificados para compor a equipe de CRONOMETRAGEM para registro do tempo dos atletas e das equipes.
- 9.56. Disponibilizar EQUIPAMENTOS COM BACKUP e de alta precisão, além de e EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, para o serviço de Cronometragem.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto.

10.3. A Contratada fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Anápolis, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

10.4. A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.2. Do objeto:

11.2.1. As regras para a Garantia e assistência técnica do objeto são as constantes do Termo de Referência anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei 14.133/2021).

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa será paga através da Secretaria Municipal de Esporte - Unidade Orçamentária – 238 - Dotação Orçamentária nº 27.812.0408.2211, Fonte 100.000.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis-GO, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

Anápolis, XX de XXXXXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANÁLISE DE RISCOS

OBJETO: Contratação de serviços de organização técnica e operacional para a realização da 45ª Mini Maratona 31 de Julho - 2026.

Introdução

O presente documento identifica e analisa os riscos inerentes à realização de um evento de massa, conforme o Art. 18, § 1º, X, da Lei nº 14.133/2021. O foco é mitigar falhas logísticas, garantir a integridade física dos atletas e evitar prejuízos à imagem da Administração Pública.

Risco (Fase)	Causa Potencial	P	I	Grau (PxI)	Consequência	Medida de Mitigação	Responsável
I. PLANEJAMENTO							
1. Erro na Cronometragem	Falha no software ou chips de má qualidade.	2	3	6 (Médio)	Inconsistência nos resultados e protestos dos atletas.	Exigência de sistema de contingência e backup manual.	Fiscal
2. Insuficiência de Kits	Erro na projeção de inscritos ou atraso na entrega.	2	2	4 (Médio)	Tumulto na entrega e dano à imagem do evento.	Controle rígido de lotes de inscrição vinculados ao estoque.	Gestor do Contrato
II. EXECUÇÃO							
3. Acidente no Percurso	Sinalização ineficiente ou invasão de veículos.	2	3	6 (Médio)	Atropelamentos ou lesões graves em atletas.	Parceria com CMTT/PM e staffs em todos os cruzamentos.	Coordenador de Prova
4. Emergência Médica	Calor excessivo ou esforço físico acima do limite.	3	3	9 (Crítico)	Mal súbito de atletas sem atendimento imediato.	Ambulâncias UTI em pontos estratégicos e seguro atleta.	Equipe Médica
5. Falta de Hidratação	Logística de distribuição de água falha no percurso.	1	3	3 (Baixo)	Desidratação coletiva e abandono da prova.	Cálculo de 3L/atleta e pontos a cada 2,5km.	Fiscal de Percurso
III. PÓS-SERVIÇO							

6. Extravio de Alimentos	Falha na conferência e transporte das doações.	2	2	4 (Médio)	Prejuízo ao caráter social do evento.	Protocolo de entrega imediata à Secretaria de Integração.	Fiscal
7. Resíduos no Percurso	Falha na limpeza após a desmobilização.	2	2	4 (Médio)	Poluição ambiental e multas de órgãos de fiscalização.	Cláusula contratual prevendo limpeza em até 2h pós-prova.	Fiscal

Legenda: P (Probabilidade 1-3) | I (Impacto 1-3) | Grau (1-3 Baixo, 4-6 Médio, 9 Crítico)

Conclusão e Diagnóstico

A análise identificou que as emergências médicas (Item 4) e a segurança do percurso (Item 3) são os pontos de maior criticidade. Diferente de uma obra ou manutenção, o risco em um evento esportivo é imediato e envolve a integridade física direta de milhares de pessoas simultaneamente.

Uma falha na cronometragem ou na entrega de kits causa dano reputacional grave, mas uma falha no atendimento médico ou na sinalização de trânsito pode ser fatal.

As medidas de mitigação propostas são:

1. **Seguro de Vida e Saúde:** Obrigatório para todos os inscritos;
2. **Plano de Contingência de Trânsito:** Validado pela CMTT com antecedência de 30 dias;
3. **Estrutura Médica Sobredimensionada:** UTI móveis e postos médicos na largada e chegada;
4. **Fiscalização de Alimentos:** Conferência em tempo real da arrecadação social.

Tais medidas são consideradas essenciais para a viabilidade do evento e para a proteção jurídica e institucional do Município de Anápolis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Bonfim Garcia, Servidor Municipal**, em 15/05/2026, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2346677** e o código CRC **7EEBE02A**.